

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

A CONSTRUÇÃO DO NOTICIÁRIO:
-A REVOLTA DOS MARINHEIROS DE ESQUADRA” SOB O OLHAR DO JORNAL O
PAIZ(1893-1910)

CURITIBA
2012

FABIANO DA SILVA CAMELO

A CONSTRUÇÃO DO NOTICIÁRIO:
-A REVOLTA DOS MARINHEIROS DE ESQUADRA” SOB O OLHAR DO JORNAL O
PAIZ (1893-1910)

Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica – HH0067, como critério para obtenção do título de bacharel e licenciado do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

CURITIBA
2012

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é fruto de um esforço contínuo no sentido de desenvolver o conhecimento adquirido durante os anos de estudo neste curso. O mesmo também não poderia surgir sem a orientação e colaboração de todos aqueles que estiveram presentes na minha vida, e é por esse motivo que esse momento de reflexão e de agradecimentos se faz necessário.

Primeiramente, agradeço ao Criador de todas as coisas, pois sem a vida que ele me concedeu não poderia estar aqui nesse momento único, presente, apresentando este trabalho de conclusão de curso.

À minha mãe, pois mesmo longe, com suas orações, conseguiu força e motivação para seguir em frente nessa luta diária.

Aos amigos que fiz há pouco tempo, mas que me ajudaram muito no final dessa jornada, Ernesto e Thayse, pelas observações e discussões acerca da minha fonte. Suas críticas e observações foram de grande proveito.

E por último, mas de vital importância para conclusão deste trabalho, meu mestre e orientador Carlos Lima, que acreditou no meu trabalho. Quero agradecer a paciência que teve com minhas dúvidas nesse período de correria e luta, e por ter me guiado no caminho para que eu não elaborasse mais um simples trabalho de pesquisa, graças às suas observações e aos autores que forneceu para a teoria e metodologia deste trabalho, o mesmo acabou ganhando um *status* inédito de assunto dentro da Academia.

Acordei em meio duma maravilhosa aurora de verão. A baía esplendia com seus morros e enseadas. Seriam talvez quatro horas da manhã. E vi imediatamente na baía, frente a mim, navios de guerra, todos de aço, que se dirigiam em fila para a saída do porto. Reconheci o encouraçado Minas Gerais que abria a marcha. Seguiam-no o São Paulo e mais outro. E todos ostentavam, numa verga do mastro dianteiro, uma pequenina bandeira triangular vermelha. Eu estava diante da revolução. Seria toda revolução uma aurora? [...]—

Oswald de Andrade

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir as representações da cobertura realizada sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910 divulgadas nas páginas do jornal republicano *O Paiz*. A escolha do referido jornal como fonte de pesquisa e da cobertura dessa revolta específica se deu primeiramente pelo fato do referido jornal ter dado uma ampla cobertura a um acontecimento que nos leva a várias situações de síntese da Primeira República; e, em segundo lugar, a “Revolta da Chibata” é uma das principais revoltas militares do início da nossa República e teve uma capacidade ímpar de condensar os dilemas e conflitos do período, por envolver o papel das elites, a relação entre a ordem republicana e os problemas sociais, os aspectos políticos e militares do período e os problemas de recrutamento e tecnologia que vivia a Armada Brasileira da época. Assim, a cobertura dessa revolta pode ser tratada como um “acontecimento-síntese”, um daqueles eventos que fazem cruzar quase todos os conflitos e quase todos os dilemas de um período. A partir disso, nosso tempo cronológico remete-nos aos estudos e análises do jornal ao longo do ano de 1910, com a deflagração da Revolta dos Marinheiros. É possível problematizar através das notícias divulgadas no *Paiz*, de maneira mais ampla, as questões internas da Marinha e os anos que antecederam a Revolta até o seu desfecho. Assim, foi preciso levantar o histórico do período através de bibliografias auxiliares e confrontá-las com as manchetes do jornal, evidenciando a importância da imprensa na construção desses eventos. Apesar do alto índice de analfabetismo no Brasil da Primeira República, os jornais eram os principais espaços e instrumentos de divulgação das ideias da época e, a partir da nossa análise, a imprensa não deixa de ser uma fonte importante para compreendermos os atos de construção das imagens dos principais eventos históricos que envolveram este período. Desse modo, metodologicamente dividiu-se a pesquisa em três momentos principais: uma revisão bibliográfica sobre a importância da imprensa para evidenciar fatos históricos, uma análise dos antecedentes que levaram à Revolta dos Marinheiros de 1910 e por último a análise e o levantamento das categorias utilizadas para a construção de uma representação elaborada pelo jornal *O Paiz* sobre a cobertura deste evento.

Palavras-chave: Imprensa; Revoltas Militares; Representação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A IMPRENSA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	12
2.1 Uma breve introdução à história da imprensa na virada do século no Brasil	12
2.2 A imprensa como fonte de pesquisa para História e sua importância na representação da Revolta dos Marinheiros.....	19
2.3 O histórico do jornal O Paíz.....	24
3 ANTECEDENTES DA REVOLTA DA CHIBATA	32
3.1 Recrutamento, Disciplina, Castigos Físicos e o cotidiano na Marinha da Primeira República	32
3.2 Os primeiros anos republicanos.....	35
3.3 Participações da Marinha nas Revoltas da Armada e da Vacina.....	41
4 A REVOLTA DOS MARINHEIROS DE 1910 NAS PÁGINAS D'O PAIZ.....	45
4.1 As visões republicanas de uma revolta: Cidadania versus traços da escravidão – A luta de um grupo de marinheiros pelos direitos humanos.	46
4.2 Revoltosos ou Reclamantes? A Situação Abordo e Fora do Encouraçado Minas Gerais	52
4.3 Últimas manchetes: O clamor pela Anistia e o significado da preocupação com a imagem do país – Os dilemas da consolidação do Estado Republicano.	60
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICE.....	71

1 INTRODUÇÃO

Para que se compreenda a população que residia no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX, e o grupo de marinheiros-militares que participou do evento¹ em análise, é importante compreender também um resumo da história do país. De acordo com Carvalho (2002), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista.

À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, tampouco pátria brasileira. Durante os primeiros séculos do país, a sociedade era dominada pelo sistema latifundiário e enriquecia-se a custa da produção de gêneros primários - como a cana-de-açúcar - cuja mão-de-obra era escravista. A "escravidão e a grande propriedade não constituíam ambiente favorável à formação de futuros cidadãos²" e esse sistema dominou até meados do século XVII, quando o foco da produção com vistas ao enriquecimento passou a ser a exploração de minerais. Esse novo "produto alvo" exigia menos investimento e mão-de-obra do que o sistema latifundiário de plantações, além disso, "a mineração era atividade de natureza volátil, cheia de incertezas³", assim, a fortuna antes certa passa agora ao estado de instabilidade. Além desse fator econômico, as cidades começam a se desenvolver ao redor dos campos de mineração e isso contribui para uma maior mobilidade social, ou seja, o sistema latifundiário começa a enfraquecer. Entretanto, o quadro político do Brasil permaneceu bastante estável para esse setor entre os séculos XVI e XVIII: uma minoria rica e proprietária de escravos comandava a política, o direito à cidadania, à liberdade, à educação e a possibilidade de reflexão intelectual; e de acordo com Carvalho,

a justiça que era a principal garantia dos direitos civis, tomava-se simples instrumento do poder pessoal e [...] a autoridade máxima nas localidades, eram os capitães-mores das milícias. Esses capitães mores eram de investidura real, mas sua escolha era sempre feita entre os representantes da grande propriedade. Havia então

¹ A Marinha e a Nação foram surpreendidas e alarmadas, na manhã de 23 de novembro de 1910, com a notícia de que, cerca das 23 horas da noite precedente, tinham-se sublevado os marinheiros dos navios da Armada, sem que se pudessem imaginar os motivos de tal levante.

² CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 21.

³ *Idem*, op. cit., p.19

confusão, que era igualmente convivência entre o poder do Estado e o poder privado dos proprietários⁴.

Em suma, não havia um poder que pudesse propriamente garantir a igualdade a todos os indivíduos que aqui habitavam e "os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos e dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares"⁵. O que podemos observar aí são questões relacionadas ao desenvolvimento da cidadania, pois durante a época pré-abolição havia escravos e senhores e nenhum deles era propriamente cidadão; os escravos simplesmente por serem escravos e possuírem pouquíssimos ou até mesmo nenhum direito, já os senhores, de acordo com Carvalho, ~~eram~~, sem dúvida, livres, votavam e eram votados nas eleições municipais. Eram os homens bons 'do período colonial', porém não possuíam nenhuma noção de cidadania, de igualdade de todos perante a lei, esses Senhores apenas exerciam cargos para o Estado sem a menor noção do que se deveria fazer de fato para desenvolver a noção de cidadania na população. O poder do governo nas mãos desses Senhores acabava tendo fins somente para a proteção do próprio umbigo latifundiário. De acordo com o autor, ~~o~~ cidadão comum ou recorria à proteção dos grandes proprietários, ou ficava à mercê do arbítrio dos mais fortes. Mulheres e escravos estavam sob a jurisdição privada dos senhores, não tinham acesso à justiça para se defenderem"⁶, isso nos leva a estabelecer o quadro da cidadania existente nos primeiros séculos do país.

Esse fator de desigualdade de direitos também agravava o quadro educacional no país, pois tanto no ensino básico quanto na educação superior, poucos eram os indivíduos que tinham condições de serem alfabetizados. Assim, em decorrência do quadro de analfabetismo e da falta de direitos cidadãos, poucas foram as revoltas contra a administração e o sistema vigente à época, mais especificamente ocorreram três com características comuns durante os séculos XVIII e XIX, sendo elas: i. Inconfidência Mineira (1789); ii. Revolta dos Alfaiates, de 1798; iii. Revolta de Pernambuco, em 1817. Todas elas tiveram como motor elementos da elite e lutaram a favor da independência de partes da Colônia. Dentre elas foi a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, a única que, influenciada pelos ideais da Revolução Francesa, envolveu militares de baixa patente, artesãos e escravos. Já na revolta de Pernambuco, participaram militares de alta patente, comerciantes, senhores de engenho e clérigos e foi aí que algum

⁴ *Idem*, op. cit., p. 22.

⁵ *Idem*, op. cit., p. 24.

⁶ *Idem*, op. cit., p. 22.

sentimento de 'cidadania' e 'patriotismo' começou a aflorar de maneira mais densa. Por fim, como nos diz Carvalho,

chegou-se ao fim do período colonial com a grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos e sem a existência de um sentido de nacionalidade. No máximo, havia alguns centros urbanos dotados de uma população politicamente mais aguerrida e algum sentimento de identidade regional.

O que se pode observar em todas as revoltas do período é a falta de uma unidade identitária da nação, ou seja, cada grupo de rebelados identificava-se com o seu próximo de acordo com características de um conjunto local; entretanto, com o advento da guerra do Paraguai (1864), uma identidade nacional foi procurada, isso porque agora o inimigo não era alguém ou uma instituição de poder do próprio país, mas sim o “estrangeiro”. Foi nesse momento que, para Carvalho, um esboço de identidade nacional foi criada; além disso o autor nos diz que “as guerras são fatores importantes na criação de identidades nacionais”. Um grupo que participou de algumas das revoltas de cunho social citadas e que se fortalecia eram os militares, pois após a guerra ganharam prestígio diante da sociedade e estavam sedentos por mudanças no país, acabando assim por se envolver no viés político que defendia um plano de progresso para a sociedade brasileira.

No plano da Proclamação da República, o quadro populacional não se alterou, ainda havia uma minoria alfabetizada que comandava toda a política, e essa situação foi importante para justificar a forma pela qual se deu o início da República no país, pois no Brasil, contrariamente dos outros países da América, não houve propriamente uma luta política. A principal característica dessa proclamação foi a negociação entre a elite nacional, a coroa Portuguesa e a Inglesa, assim, não houve um grande herói ou grandes lutas. O papel popular para a proclamação se não foi de espectador, não foi decisivo. A maioria dos brasileiros era analfabeta, esse fato acaba por gerar na historiografia tradicional uma visão paternalista de que o povo bestializado era uma vítima impotente do Estado ou de grupos dominantes. Mas é importante ressaltar nas palavras de Carvalho que “tratava-se da implantação de um sistema de governo que se proponha, exatamente, a trazer o povo para o prosaetório da atividade política”⁷. A consolidação republicana era então importante, pois isso implicava em esforço de criação de um consenso entre vários grupos sociais. Havia no advento desse novo plano,

a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade

⁷ CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 11.

nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social⁸.

Assim, nos perguntamos se o direito político afinal poderia ser exercido ininterruptamente entre os anos analisados por este trabalho, entre 1893 e 1910, sem a existência dos direitos civis? Tais direitos eram defendidos apenas no plano formal e eram feitos para a mesma população descrita anteriormente:

Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal ou um decreto do governo. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo⁹.

Enfim, a situação dos cidadãos votantes do país não era exatamente aquela na qual se exerce a cidadania, pois eles não tinham a noção do que era um governo representativo e nem sabiam muito precisamente o significado de escolher seu representante político.

O final do século XIX foi a época de restrição da participação política e, apesar do Estado não ter construído sólidos mecanismos de participação política para os pobres, ainda assim um outro componente da cidadania estava em processo avançado de estabelecimento: a capacidade do Estado de alcançar indivíduos e grupos com suas instituições e suas políticas. Esse instrumento proclamado pelo Estado, segundo Carvalho, teve sua maior força de atração no fato de fornecer a esses grupos o caráter ilusório da igualdade entre todos os indivíduos. Logo após a ascensão do governo republicano, esse caráter ilusório ficou muito forte com a liberdade política de determinados grupos que controlavam esse cenário. Um exemplo seria o voto de cabresto, no qual os fazendeiros manipulavam os votos da comunidade ligada a esses homens. Carvalho tira a conclusão de que, na passagem do Império à República, isto é, de um Estado escravista a um Estado burguês moderno, teria ocorrido uma considerável regressão no plano da cidadania política. Mais especificamente, a abolição, com a proclamação da República, dos critérios censitários de definição da amplitude do eleitorado não teria sido suficiente para compensar a limitação da população eleitoral resultante da confirmação, na Constituição Federal de 1891, da interdição do voto dos analfabetos (introduzida pela Lei de

⁸ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.7

⁹ *Idem*, op. cit., p. 66.

1881). Na passagem de um Estado escravista, no qual os agentes político-institucionais eram apenas os proprietários de escravos e os seus aliados, a um Estado burguês moderno, em que todo indivíduo nascido no território nacional era declarado cidadão, seria previsível que se implantassem mecanismos de limitação da participação política efetiva. E isto porque qualquer eventual extensão da participação política provocaria não apenas incômodos operacionais ou cisões políticas no seio das classes dominantes, mas também o perigo da subversão, por via institucional, da ordem social vigente.

Além dessa situação dita “democrática” encontrada entre o final do século XIX e o início do XX, outro fator importante para este trabalho e apontado por Carvalho (2002) são as revoltas militares. Como exemplo pode-se citar a Revolta da Armada que consistiu na indignação militar perante o governo constituído, e embora tenha sido de natureza estritamente militar e política, acabou mostrando algumas fragilidades da República. Também pode-se colocar como exemplo as revoltas de caráter social lideradas pelas praças, ocorridas na Marinha, e mais especificamente a Revolta dos Marinheiros de Esquadra no ano de 1910, objeto de estudo do presente trabalho.

A noite 22 de novembro de 1910 foi marcada por uma grande recepção ao novo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, no clube da Tijuca, enquanto João Lage, um dos maiores chefes do Jornal *O Paiz*¹⁰, em sua residência no bairro Botafogo, oferecia um jantar aos oficiais do navio Adamastor. O Presidente da República foi informado de que a Marinha estava revoltada, mas não sabia ao certo qual era o motivo. Segundo o historiador Álvaro Pereira do Nascimento¹¹, aquilo que começou como um alvoroço nas águas calmas da Baía de Guanabara acabou alcançando em pouco tempo aquilo que seria o início de um das maiores revoltas populares da história da cidade do Rio de Janeiro. Um grupo de marinheiros dominou os principais navios da Marinha ancorados nos portos do Rio de Janeiro, com isso ameaçando a segurança da cidade. Os marujos estavam cansados das más condições de trabalho; baixos salários; falta de especialização técnica para desempenho de suas funções e um regime de escravidão na sua Força Naval, configurado pelo uso do açoite; assim, por todos esses motivos elencados, exigia-se uma mudança drástica no regime de opressão e escravidão, ainda vivo na Marinha Brasileira. A Revolta dos Marinheiros de 1910, chefiada por João Cândido é um dos episódios mais controvertidos da nossa história, os

¹⁰ MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 63.

¹¹ NASCIMENTO, A. P. do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X- FAPERJ, 2008.

marujos se bateram contra o regime de castigos físicos, que embora proibido desde a época do Império e condenado pela República, ainda imperava nos navios de Esquadra, alimentando ódios e acumulando ressentimentos. Os aspectos militares e políticos dessa rebelião fazem-na sumamente interessante para ser conhecida pelas novas gerações e dão um quadro vivo do ambiente reinante na Primeira República¹².

A notícia sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910, posteriormente conhecida como Revolta da Chibata¹³, teve uma imensa repercussão por meio dos grandes jornais e revistas da época. A imprensa do Rio de Janeiro tornou-se um elemento de ampla importância na divulgação sobre os movimentos sociais, as transformações da cidade e as contradições do governo republicano. A Revolta figura-se como elemento fundamental do período, pois além dessa ampla divulgação feita pelos meios de comunicação, ganhou várias representações por meio da imprensa, as quais a fizeram visível não só aos olhos da população da capital do país, como também em todo o Brasil e exterior.

2 A IMPRENSA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

2.1 Uma breve introdução à história da imprensa na virada do século no Brasil

Os veículos formadores de opinião pública no início do século no Brasil não eram muitos. Apenas os jornais e as revistas retratavam, noticiavam e influenciavam a sociedade na virada do século XIX para o XX, diferentemente da sociedade midiática de agora, que entra no século XXI polarizada em quatro aspectos: televisão, rádio, internet e imprensa escrita. Na primeira década do século XX, o cidadão das grandes cidades lia o mundo incapacitado tecnologicamente de vê-lo, ouvi-lo ou mesmo de se conectar a ele. Existiam vários veículos de informação escritos, tais como artigos, periódicos, anúncios e até mesmo poemas contribuíam para que o cidadão tivesse uma visão do que acontecia ao seu redor. Para observar melhor tal quadro social, trago aqui uma citação retirada de Garamboni (2003), pois o autor deu ênfase aos anúncios de jornais como agentes desse período capazes de trazer uma das visões de mundo do que era lido por esta sociedade:

Através dos anúncios de jornais, e somente deles, produtos, desde o sabonete à aspirina, se tornavam marcas conhecidas e o conceito de fidelidade mercadológica desembarcava de forma maciça num país considerado pré-capitalista¹⁴.

¹² CARNEIRO, G. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

¹³ MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

¹⁴ GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 37.

Outro exemplo que retrata a mídia do início do século na obra de Garamboni são os comentários que ele escreve sobre seus periódicos, o autor relata que –os jornais pesquisados, por sua vez, estavam interagindo através dos seus conteúdos, de suas reportagens, mostrando a concepção do passado por meio dos agentes sociais contemporâneos e aqueles acontecimentos históricos”¹⁵. Apesar de o autor colocar em sua obra os anúncios como objeto destaque de pesquisa, que são parte integrante desses periódicos, ele não descarta a importância dos periódicos em sua totalidade, enquanto agentes de visão formadora de opinião. Para além dos jornais, não havia outro veículo de comunicação de massa, talvez a prosa na rua fosse o grande concorrente do jornalista profissional.

Com a ascensão da Era Republicana e com a ruptura do Império no final do século XIX, a imprensa atravessou um ciclo de transformações para se adaptar ao novo regime. O Manifesto Republicano que de certo modo ganhou um destaque nos periódicos dirigidos por membros do partido republicano contribuiu na ambientação dos ideais republicanos. Estes, por sua vez, ganharam espaço derrubando o Império que representava o Antigo Regime, assim, abrindo as portas para a recém-criada República. Agora, nesse primeiro momento, a missão da imprensa republicana era disseminar esses ideais por toda a nação, pois muitas províncias não haviam aderido ao Novo Regime, como fez de pronto a capital do país. –Permanece o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros”¹⁶. Em províncias como Salvador, por exemplo, a população negra nutria uma grande simpatia pela família Real, principalmente depois da Abolição. Enquanto isso, a –pequena imprensa republicana se propagava pelas cidades do interior”¹⁷, fazendo a propaganda positiva em detrimento do Antigo Regime e prometendo em seus artigos românticos tempos melhores de desenvolvimento com o advento do progresso. Segundo Sodré, essa não é apenas uma grande época política; não por coincidência é também uma grande época literária, pois

o desenvolvimento das letras no Brasil acelera-se com a fundação dos cursos jurídicos, com o início das atividades públicas, de governo, de administração, de legislação, com o surto da imprensa. A cultura haurida nos livros é transmitida pela palavra escrita ou falada, passara a encontrar espaço na vida brasileira, desde a autonomia e a estruturação do aparelho do estado. As academias eram as

¹⁵ *Idem*, op. cit. p. 28

¹⁶ CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 30.

¹⁷ SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979. p. 159.

antecâmaras do Parlamento [...], o parlamentar era o homem de letras e de imprensa¹⁸.

Apesar do esforço do governo em propagar as ideias republicanas para além da antiga corte, ele encontrou um choque com as tradições regionais de origem colonial ainda existentes na maioria dos estados. Sodré observa também que

a primeira manifestação do esforço para ampliar a cultura da imprensa, ainda insipiente, esforço subordinado à deficiência das antigas técnicas de impressão e à resistência colonial do meio para comportar aquela ampliação, fez-se através dos almanaques que constituíram os livros de uso e consulta generalizados.¹⁹

Existiram outras formas criadas pela imprensa para tentar trazer o povo para mais perto da República, isso ocorreu por meio da elaboração de artigos que exaltavam o cotidiano tranquilo e ordenado, como pode ser observado no artigo publicado pelo jornal *O Paiz*, exaltando o novo regime e mostrando para o povo que existia certa normalidade do cotidiano. O trecho a seguir exemplifica essa situação:

Estupendo tudo isso. A ordem publica não soffre a mais pequena alteração, a bolsa funciona, contando acções do banco o da divida publica; o commercio conserva as suas portas abertas o vende-se o metro do seda o o maço do grampos. As confeitarias fornecem sorvetes e empadinhas, não sendo em cousa alguma modificada a vida da rua do Ouvidor, que tem os ares dos dias de grandes festas populares. As senhoras, acompanhadas de crianças, percorrem-n'a convencidas de que ha um governo forte, que garante a sua tranquilidade²⁰.

Existia um esforço por parte do periódico em trazer a sociedade para viver este ideal republicano. Na perspectiva apresentada pelo jornal, a consolidação da República implicava um esforço de comunhão entre vários grupos sociais e o fortalecimento das instâncias estatais, o que demandava alguma forma de avanço na direção da criação de um consenso entre esses grupos populares.

Do ponto de vista institucional, a primeira consequência foi ~~uma~~ volta aos tempos de cerceamento da liberdade e dos atos de violência²¹, no início sobretudo contra os poucos

¹⁸ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994. p. 241.

¹⁹ *Idem*, *ibid*.

²⁰ Jornal *O Paiz*, 18 de novembro de 1889, p.1.

²¹ No Brasil Colonial, a primeira manifestação da imprensa foi a tipografia fundada em Recife, em 1706, e nesse mesmo ano sequestrada; muitos jornais nesse período foram perseguidos ou sofreram atos de censura até a criação da Imprensa Régia, pelo decreto de 13 de maio de 1808, no qual se estabelecia que ficavam derogados os atos proibitivos da existência da arte gráfica no Brasil, que, de então por diante, passava a não só ser legal,

jornais que se mantinham monarquistas por parte de agentes e simpatizantes do governo. Não foram atos isolados de indivíduos exaltados, mas reflexos do clima de “caça às bruxas” estabelecido pelo Governo Provisório (do qual faziam parte os jornalistas Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, que haviam pregado a causa republicana sem constrangimentos), ao baixar o Decreto 85, de 23 de dezembro de 1889, pois de acordo com o decreto:

os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu governo: que aconselharem ou promoverem por palavras escritas ou atos a revolta civil ou a indisciplina militar [...] serão julgados por uma comissão militar [...] e punidos com as penas militares de sedição²².

Sodré argumenta que tudo mudou, entretanto, com o aumento da influência do 'capitalismo monopolista', a luta contra a censura e todas as formas de cerceamento impostas pela autoridade passou a ser aspecto parcial da luta pela liberdade de imprensa e, algumas vezes, aspecto menor²³. Nesse segundo momento, no qual o Brasil inicia o século XX, a imprensa de literatos e partidária começa a dar espaço para uma nova e grande imprensa que nasce com o avanço do capitalismo. Essa nova fase marcada pelo desenvolvimento da indústria da imprensa tornou possível a persistência de tais exemplares, pois

no dia em que apareceu a folha moderna, impressa em boas máquinas rotativas, extinguindo-se o jornal nascido dos prelos manuais, a facilidade das edições maiores aumentou os recursos dos jornais, permitindo a organização de um noticiário farto, elaborado pela reportagem, que assim substituiu o caráter espontâneo das informações antigas²⁴.

A produção artesanal dos impressos, que ocorreu graças à incorporação dos avanços técnicos, começou a ser substituída por processos de caráter industrial. Esses processos eram marcados pela especialização e pela divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e por uma conseqüente diminuição da dependência de habilidades manuais:

Diariamente, para um milhão e meio de cariocas que moravam na capital federal, eram oferecidos 300 mil exemplares de sete grandes jornais, dentre eles se destacava o Paiz. Os jornais de então eram vendidos nas ruas, em quitandas ou pequenas bancas. Não havia assinaturas ou entrega domiciliar. As inovações tecnológicas industriais começavam a aparecer e ensaiavam a renovação do parque gráfico

como constituir uma necessidade imposta à vida na nova sede do reino. Para maiores detalhes ver SCARVADA, L. *A Imprensa Naval - Apontamentos Históricos*. Rio de Janeiro, 1943, Arquivo da Marinha, p. 4.

²² Decreto 85, de 23 de dezembro de 1889.

²³ *Idem*, op. cit. p. 408.

²⁴ SOBRINHO, B. L. *O Problema da Imprensa*. São Paulo: Ed. Com Arte, 1988, p. 43.

brasileiro, aumentando a qualidade e o volume de impressão dos diários. Os pequenos jornais nascidos na segunda metade do século XIX muitas vezes por iniciativas particulares e românticas começavam a desaparecer, incapazes de concorrer com a nova realidade, dando lugar assim a um novo segmento comercial: as empresas jornalísticas²⁵.

Juntamente com elas chega também a lógica capitalista que exigirá um inédito e dinâmico profissionalismo nas relações, com repórteres e redatores norteados pura e simplesmente pela notícia. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho, “com a modernização da Imprensa, o artigo político quando muito conservou a primeira coluna, mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando noticiário. E cedendo a esse impulso, as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente complexas”²⁶. Já para Sodré, a grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria, tal como a política era entendida e praticada na Velha República oligárquica: “o tema político neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferentemente da linguagem literária”²⁷.

As novas técnicas de produção jornalística chegam finalmente na área de circulação dos exemplares em 1902, nos principais centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, através de uma logística que passa a colocar bastante cedo o jornal nas mãos do leitor. Segundo Tânia de Lucca, máquinas modernas de composição mecânica e clichês em zinco rotativas cada vez mais velozes - além de um equipamento que exigia considerável inversão de capital e alterava o processo de compor e reproduzir textos e imagens - passaram a ser utilizados pelos diários de algumas das principais capitais brasileiras, aumentando a produção em massa²⁸. Além disso, é incrementada e incentivada a venda de anúncios através da criação de departamentos comerciais mais atuantes. Assim, em vez de só servirem como tribuna para políticos, os jornais tornaram-se um negócio mais sério, no sentido de servir à lógica do capital e não mais apenas a um determinado partido ou segmento social.

O compromisso passa a ser o de dar lucro, vender o suficiente para suprir as despesas e produzir qualidade editorial mínima capaz de atrair pequenos e grandes anúncios. O novo jornal não suporta mais espaços generosos para artigos de eminentes personagens da sociedade, mais interessados no prestígio de um nome do

²⁵ GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 37.

²⁶ SOBRINHO, B. L. *O Problema da Imprensa*. São Paulo: Ed. Com Arte, 1988, p. 43.

²⁷ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994, p. 323.

²⁸ LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 304.

prelo do que na apuração e divulgação de alguma notícia importante. A estrutura política e social do país estava em mudança²⁹.

A burguesia brasileira recém-nascida estava em ascensão e as relações capitalistas começavam a ficar mais fortes nos grandes centros urbanos. No entanto, de maneira geral, o Brasil ainda era um país agrário que desabrochava levemente para essas relações. De acordo com Sodré, «a República estava consolidada. As forças políticas organizadas em partidos refletindo o poder do latifúndio reivindicavam a normalização constitucional»³⁰. Os militares na figura dos florianistas deixam o poder em favor da oligarquia cafeeira, mas esse fato institucional não impede que os grandes centros urbanos cresçam com seus novos atores sociais, como a classe média, a pequena e a grande burguesia, e o proletariado que estavam nascendo nesse novo contexto. A cidade de São Paulo se torna o grande centro industrial de desenvolvimento, o maior parque industrial da América Latina, e é nesse espaço que as empresas jornalísticas se desenvolvem (muitas delas organizadas em sociedades anônimas) da mesma forma que os jornais da capital. Já nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais de província com estrutura de empresa»³¹. Mesmo com essa mudança na estrutura de funcionamento dos jornais, a matéria principal deles ainda é a política. Além disso, a luta política assumia neles aspectos pessoais e muitas das famílias políticas que governavam essas províncias eram detentoras da imprensa, e se digladiavam em busca da conquista do poder local.

Sodré enumera em sua obra *História da Imprensa no Brasil* algumas das grandes e poderosas famílias, seguidas dos nomes de seus principais jornais de apoio partidário. Entre eles encontramos, por exemplo, sob o domínio da oligarquia Acioli, no Ceará, *A República*, que era responsável pela agressão aos elementos de oposição ao governo. No Recife, sob o domínio da oligarquia Rosa e Silva, o velho *Diário de Pernambuco*. Já no Rio de Janeiro, que estava muito a frente dos jornais do país em matéria de modernização promovida por suas empresas jornalísticas, vivia também lutas, mas não em nível regional e sim nacional. Essas lutas consistiam no embate de opiniões que circulavam entre jornais oposicionistas e de apoio ao governo. A cidade do Rio de Janeiro

²⁹ GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 38.

³⁰ SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979, p. 175

³¹ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994, p. 324.

[...] possuía dois jornais que polarizavam as correntes de opinião: O Paiz, que defendia o governo, e o Correio da Manhã, que capitaneava a oposição. Neste, dominava a figura de Edmundo Bittencourt; naquele, a de João Lage, que tipificou realmente o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal³².

Observando a citação, segundo Sodré, *O Paiz* tinha uma defesa ao governo, localizada no início do século XX na recém-instalada Primeira República, que era governada pelo então presidente do Brasil Afonso Pena. A imprensa em grande parte estava nas mãos de imigrantes lusos, como era o caso do jornal *O Paiz*, representado na figura do seu proprietário, o português João Lage.

Se durante várias décadas a luta política constituiu-se no moto fundamental do jornal-tribuna, razão mesma de sua existência, os horizontes alteraram-se e a posse de folhas diárias começou a se transformar em negócio. Esse fato exigia de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento, atenção às inovações que permitiam aumentar a tiragem e o número de páginas, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada e capaz de atender ao crescente mercado potencial de leitores. Os leitores, por sua vez, tornavam-se cada vez mais exigentes. As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor que antes, não raro, concentravam-se num único indivíduo, separaram-se e especializaram-se.

De um lado, embora a imprensa brasileira já tivesse ingressado na etapa capitalista, sendo o jornal sempre uma empresa industrial e comercial, ele apenas dava nela os seus primeiros passos. Tais passos eram peculiares, aliás, ao predomínio do capital comercial no conjunto das relações capitalistas em desenvolvimento no país – o que se traduzia para os indivíduos que trabalhavam nos periódicos, numa ainda insipiente divisão de trabalho, em uma profissionalização apenas relativa; de outro lado, por mais frouxa que fosse tal divisão e mal esboçada a profissionalização, havia interesses contraditórios entre proprietários de jornal e jornalistas, e estes de forma alguma tinham condição proletária, embora participassem dela sob alguns aspectos³³.

Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, cinema, máquinas

³² *Idem*, op. cit., p. 332.

³³ *Idem*, op. cit., p. 308.

fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade –, inaugurou o novo século com uma nova imprensa voltada para o capitalismo, voltada para servir o poder econômico.

Nos jornais mais lidos, os anúncios invadem até a primeira página: transbordam de todos os lados, o espaço deixado na redação é muito restrito, e nesse campo já diminuto se esparramam diminutas notícias pessoais, disque-disques e fatos insignificantes; o acontecimento importante não é, em geral, convenientemente destacado, porque ao jornalista como ao povo, falta uma concepção nítida³⁴.

O jornalista nesse novo contexto, batizado por Sodré de *Grande Imprensa*, teve que se adaptar, se inovar, se especializar, pois é –com o desenvolvimento industrial da imprensa que se transforma o próprio jornalista”³⁵.

Assim, a imprensa brasileira se transformava e não tinha ninguém que pudesse detê-la ou frear seu movimento. O jornal de circunstância, de vida curta, fundado por algum político influente ou por alguma sociedade de amigos, dava lugar a uma empresa jornalística mais profissional, organizada e inserida na mudança estrutural e social pela qual passava o Brasil³⁶.

Nos anos entre 1908 e 1910, a imprensa atravessou uma de suas fases mais tormentosas no regime republicano. Já em 1908 começavam a surgir os sintomas preliminares da luta que, com a derrota do movimento civilista encabeçado por Rui Barbosa, terminaria por se caracterizar no turbulento período presidencial de Hermes da Fonseca³⁷. A imprensa acabou se dividindo e desafiando as forças dominantes, assim, Rui Barbosa tomou frente na campanha civilista e juntamente com ele os jornais *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia* e a *Careta*; do outro lado do confronto tomaram posição favorável ao lado de Hermes da Fonseca o *Jornal do Comércio*, o *Jornal do Brasil* e, principalmente, na leitura apresentada por Sodré³⁸, *O País*, o qual é nesta monografia objeto e fonte de pesquisa.

2.2 A imprensa como fonte de pesquisa para História e sua importância na representação da Revolta dos Marinheiros.

³⁴ *Idem*, op. cit., p. 252.

³⁵ SOBRINHO, B. L. *O Problema da Imprensa*. São Paulo: Ed. Com Arte, 1988, p. 50.

³⁶ GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 39.

³⁷ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994, p. 327.

³⁸ *Idem*, *ibidem*.

A imprensa do Rio de Janeiro tornou-se um elemento de larga importância na divulgação sobre os movimentos sociais, as transformações da cidade e as contradições do governo republicano. Para analisar a fonte de pesquisa, o presente trabalho será desenvolvido a partir das perspectivas metodológicas de Maria Helana Capelato e Maria Ligia Prado (1974), divulgadas em sua obra *O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo* (1980)³⁹. As autoras abordam a importância da imprensa como objeto de investigação e ao mesmo tempo levantam uma crítica aos estudos históricos no Brasil que tem diminuído essa importância, utilizando-se da imprensa apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. O presente trabalho monográfico, assim como a obra dessas autoras, escolheu um único jornal como fonte privilegiada de investigação e análise crítica; análise esta que se fundamenta nos ensinamentos e formas dos procedimentos elencados na obra *Fontes Impressas*, em especial no capítulo intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, de Tânia Regina de Luca⁴⁰. Assim, a escolha de um único jornal como fonte de estudo justifica-se através do entendimento de que a imprensa é fundamentalmente um instrumento de intervenção na vida social, negando aquelas afirmativas que a colocam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos⁴¹.

Nesse sentido, atentamos para a importância dos discursos veiculados na imprensa como construtores e divulgadores de ideias e opiniões. A pesquisadora Eni Orlandi⁴², por exemplo, assinalou o papel do discurso como elemento inegável na constituição de consciências coletivas. Para ela, os discursos carregam signos com variadas ideologias, uma assimetria limitada de ideias que direcionam o leitor à opiniões muitas vezes pré-concebidas, isso ocorre de tal modo que um texto pode conter muitos significados. Conforme colocam Olabuenaga e Ispizua⁴³, o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do texto; o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão

³⁹ CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *Bravo Matutino, imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.

⁴⁰ LUCA, T. R. de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

⁴¹ CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *Bravo Matutino, imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.

⁴² ORLANDI, E. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Ed. Pontes, 2005.

⁴³ OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. *La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989, p. 185.

captá-la com sentidos diferentes. Assim, um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente. Além disso, é importante salientar que sempre será possível investigar os textos dentro de múltiplas perspectivas, conforme expressa Krippendorf:

em qualquer mensagem escrita, simultaneamente podem ser computadas letras, palavras e orações; podem categorizar-se as frases, descrever a estrutura lógica das expressões, verificar as associações, denotações, conotações e também podem formular-se interpretações psiquiátricas, sociológicas ou políticas.⁴⁴

Toda leitura se constitui numa interpretação de tal forma que os jornais do final do XIX e início do século XX utilizavam-se de discursos para construir sua visão, a qual eles tinham sobre determinado movimento. Deve-se ainda lembrar que, apesar do consenso ou do acordo intersubjetivo sobre o que significa uma mensagem simplificada da análise de conteúdo, essa coincidência dos significados não é indispensável. Os valores e a linguagem natural, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados dos quais o pesquisador não pode fugir. De certo modo, a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que ele tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação dialógica. No caso da leitura d'*O Patz*, podemos analisar como esses discursos jornalísticos interpretavam ou retrabalhavam a representação da Revolta da Chibata diante do contexto político-social da época.

A ideia de representação presente nos estudos de Roger Chartier foi analisada no sentido de buscar aspectos que se encaixam no que o autor denomina de representações coletivas ou símbolos, os quais

[...] fornecem uma organização conceitual ao mundo social ou natural construindo assim uma realidade apreendida e comunicada [...] pois define a função simbólica (dita de simbolização ou de representação) como função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou de conhecimentos científico. A tradição do idealismo crítico designa assim por 'forma simbólica' todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação⁴⁵.

Neste trabalho, o objeto representado é a Revolta dos Marinheiros no período de 1910, a qual foi uma das maiores revoltas internas acontecidas na Marinha da Primeira

⁴⁴ KRIPPENDORFF, K. *Metodologia de análise de conteúdo: teoria e prática*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990, p. 30.

⁴⁵ CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 19.

República; esse fato ocasionou reflexos em toda sociedade da época. O jornal escolhido vai representar a identidade de um grupo e as informações aqui coletadas consistem em apresentar a maneira como ele observa essa revolta, pois, naquele momento, *O Paiz* era umas das principais testemunhas da ocorrência dos fatos. Este periódico busca um fato (a Revolta dos Marinheiros) e analisa como ele ocorreu dentro de um grupo da sociedade, no caso aqui, os próprios marinheiros.

De acordo com Chartier (1990), “as representações desse mundo social, embora baseadas em razão, sempre são determinadas pelo interesse do grupo que as forjam. A razão são os fatos que estão ocorrendo dentro da revolta, e a mesma está sendo representada através dos jornais impressos⁴⁶”. Assim, a ideia do jornal se dá através de várias oposições que não são estáticas e, em alguns momentos, evidencia os marinheiros como “revoltosos”, pois coloca essa predicação como a principal característica deles; já em outros momentos, o jornal apresenta os marinheiros como “reclamantes” dos direitos sociais que eles queriam conquistar.

As representações do jornal sobre a revolta têm como característica não manter o tempo todo neutralidade, podendo ser observado um discurso que reforça as várias análises do contexto social e cultural no período analisado. Para Chartier, as percepções do social não são neutras, pois cada discurso tenta impor e legitimar suas condutas e escolhas à custa de outro discurso menosprezado por aquele que tenta impor os seus. A partir desses conceitos e ainda tratando das representações, pode-se conduzir com este trabalho uma reflexão de como essas representações podem ser analisadas; além disso, pode-se observar de que maneira elas são apresentadas no estudo da fonte *O Paiz*, sendo importante ressaltar os tipos de leitura que se tem nesta análise.

Segundo Chartier (1990), existem dois tipos de leitura, há a explícita, que fornece ao indivíduo a possibilidade de ler de uma forma simples e direta, como no caso de textos informativos, e que tem por objetivo uma linguagem clara e de fácil compreensão ao leitor. E há a forma implícita, que possibilita a análise do texto, dialoga com o leitor e tem a liberdade de escolha, sendo essa um dos trabalhos do historiador, por esse motivo, é o segundo tipo de leitura de Chartier que é utilizado neste trabalho para o estudo da fonte *O Paiz*. Assim, busca-se compreender o sentido da própria revolta e as várias significâncias que ela contém. De certo modo, a representação pode ser apropriada pelo leitor, através de textos ou imagens que

⁴⁶ CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 18.

fornece mecanismos capazes de pensar e reconfigurar o real e dar sentido à representação, pois —para além das clivagens macroscópicas, o trabalho histórico deve ter em vista o reconhecimento de paradigmas de leitura válidos para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados [...]»⁴⁷.

O jornal *O Paíz* era um periódico comercializado na sociedade carioca da Primeira República, por comerciantes da capital, para aqueles que possuíam o mínimo de alfabetização para a compreensão do impresso. Tratando-se d'*O Paíz* como a fonte principal deste trabalho, o mesmo é analisado no período da Revolução dos Marinheiros, o qual era de grande infalibilidade política devido à campanha civilista que foi feita contra a ascensão do presidente Marechal Hermes da Fonseca à presidência do Brasil. Nesse contexto os jornais tentam trabalhar com a construção do real, dependendo do que se quer representar. Em nosso trabalho procuramos analisar quais são as construções simbólicas elaboradas no discurso do jornal *O Paíz* sobre a Revolta dos marinheiros. Essas construções abordam personagens envolvidos no evento dentro de um contexto político e social; levantam a percepção de sociedade nesse tempo histórico; trazem o envolvimento político dos atores sociais e abordam quem são os revoltosos e quais eram suas motivações políticas.

Nesse sentido, o estudo da representação como uma das possíveis leituras da fonte *O Paíz* fornece possibilidades de análise e desconstrução do contexto social e cultural da revolta dos marinheiros. Como caminho para identificar a construção dessas representações, utilizo a proposta de Koseleck⁴⁸, que consiste em trabalhar com a teoria semântica dos pares de contraconceitos assimétricos como método de análise e interpretação das ideias, categorias e modos de ver da realidade. Reinhart Koselleck elabora um estudo histórico e teórico de formações conceituais que foram usadas por grupos de pessoas como forma de identificação mútua, portanto de exclusão dos outros. Para Koselleck, o uso desse tipo de conceito é uma forma de ação política.

Ainda segundo Koselleck, essas formações geralmente ocorrem na forma de "pares de contraconceitos assimétricos". Cada par é composto por um conceito positivo e um negativo, sendo este definido em mera oposição ao elemento positivo. O adjetivo "assimétrico" provém do fato de a relação de definição não ser mútua: enquanto o Eu define o Outro como pura negação de sua autoimagem, o Outro não se reconhece naquela definição.

⁴⁷ *Idem*, op. cit., p. 131.

⁴⁸ KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 191.

Aí reside um problema capital de reconhecimento, pois o Outro toma a definição que lhe é impingida como ofensa, insulto e/ou privação. Estamos, portanto, em um terreno muito familiar. Um exemplo é o primeiro par histórico de contraconceitos estudados que o autor apresenta na sua obra: o de hellenos/barbaros na Grécia clássica. No caso da Grécia clássica, o "contato com comerciantes estrangeiros, a massa de escravos, a devastação dos campos gregos promovida pelos invasores persas e experiências similares podiam ser generalizados de maneira acrítica"⁴⁹.

Em nossa investigação, percebemos que existem alguns pares de conceitos assimétricos na abordagem jornalística realizada pelo jornal *O Paiz* que ajudarão a identificar quais os elementos ou categorias que formarão as representações dessa Revolta. No processo da pesquisa, é possível também enxergar através da análise como esses pares de conceitos assimétricos são utilizados pelo periódico de forma categórica.

2.3 O histórico do jornal O Paiz

O jornal carioca *O Paiz*, também chamado de "O País" ou simplesmente e popularmente conhecido pela abreviação "Θ", foi um dos periódicos de maior tiragem dentro da América Latina no início do século XX. Foi fundado em 1884 pelo imigrante português João José dos Reis Junior, mais tarde agraciado pelo Rei de Portugal, D. Luís I, com o título de conde de São Salvador de Matosinhos e até 1899 contou com a presença do chefe do Partido Republicano, Quintino Bocaiúva, em sua redação⁵⁰. O jornal teve seu prédio destruído num incêndio criminoso em 1930 e nunca mais voltou a circular.

Nos primórdios de sua criação, a constituição da redação deste jornal contava com parte da liderança do movimento republicano. Esses homens integravam inclusive o Governo Provisório após a Proclamação da República; dentre os quais o primeiro redator-chefe do jornal foi o senador Rui Barbosa, que ficou somente três dias no cargo e logo fora substituído por Quintino Bocaiúva, mas mesmo assim continuou escrevendo por um curto espaço de tempo nas páginas prologais do jornal. Dentre as figuras ilustres que integravam *O Paiz*, deve-se citar também Joaquim Nabuco, um abolicionista ferrenho, responsável pela campanha abolicionista que mobilizava a sociedade. Outros republicanos famosos que também

⁴⁹ *Idem*

⁵⁰ PESSANHA, A. S. *O Paiz e Gazeta Nacional. Imprensa Republicana e Abolição. Rio de Janeiro (1884-1888)*. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2006.

participaram e escreveram para o jornal são nomes conhecidos da nossa história como Fernando Lobo, Anésia Pinheiro Machado, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte e o repórter Gustavo de Lacerda, fundador da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Em seu primeiro número, *O Paiz* se apresentou aos leitores como um jornal neutro, isento e imparcial na cobertura política. Nessa primeira tiragem, o jornal deixava claro sua orientação política e social e seu ponto de vista com uma linguagem delineada de forma mais culta para seus pares da época e também possíveis leitores:

Seguir com indefesa vigilância, sem disposições preconcebidas, a vida política e social da nação, praticando, não a falsa imparcialidade, que, por medo, ou pessimismo, se traduz numa espécie de maledicência convencional, em um sistemático descontentamento, mas a imparcialidade verdadeira e exata, que diz o quê pensa, agrada, ou desagrade a oposição, ou governos. Diante de tudo quanto respeitável for, nos homens, nas instituições, nas tradições e nos princípios, buscaremos lembrar-nos sempre de que o jornalismo, por isso mesmo que é uma exigente escola crítica, há de ser uma escrupulosa escola de respeito⁵¹.

A promessa da “verdadeira imparcialidade” divulgada em sua primeira edição parecia querer colocar o jornal em uma situação de neutralidade política, isto é, sem necessariamente assumir uma defesa permanente do governo ou da oposição; e isso não implica no fato de que o periódico não demarcasse uma posição própria. Como nos relata a autora Andréia Pessanha, em pouco tempo suas páginas tornavam evidente a pregação republicana e abolicionista. Para Pessanha, a imprensa foi um meio de divulgação e de apresentação dos diálogos e das polêmicas entre republicanos e abolicionistas. Assim, nos tempos finais da Corte Imperial, o jornal construía discursos através dos seus redatores e jornalistas, associando sempre imprensa e república ou imprensa e abolição, como nos mostra a Tese de Andréia Santos Pessanha⁵². A autora nos revela que apesar das diferenças políticas entre os escritores, eles apresentavam dois pontos de unidade: “o primeiro foi a contestação dos pilares da ordem imperial, particularmente a escravidão e o poder moderador; e o segundo foi o pensar a sociedade brasileira a partir do cientificismo e do liberalismo⁵³”.

Uma exceção à regra era a coluna de Joaquim Nabuco, que apesar de ser abolicionista divergia da linha do jornal ao defender a monarquia em sua coluna “Campo

⁵¹ O Paiz, 1 outubro de 1884. Primeira edição. p. 1.

⁵² PESSANHA, A. S. S. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884 – 1888*. Niterói. 2006, p. 90.

⁵³ *Idem*, op. cit., p. 64.

Neutro", o que acabou provocando a sua saída do jornal ao colidir com as ideias político-republicanas de Quintino Bocaiúva. Assim, o jornal *O Paiz*, nessa fase final do Império, levantava uma bandeira na qual pregava uma ideologia republicano-abolicionista que

possuía pontos de interseção e afastamento dos dois movimentos na cidade do Rio de Janeiro, que podem ser verificados através da imprensa, a qual mostra que as duas campanhas intencionalmente não se confundiram, mas a despeito das estratégias políticas dos contemporâneos, em *O Paiz*, elas foram debatidas e articuladas⁵⁴.

Nas páginas principais desse jornal o tema mais relevante era a abolição da escravatura e a campanha do Partido Republicano que pregava o atraso do Império. Por pensar a formação e o dito aprimoramento da nação brasileira, engenheiros, médicos, advogados e jornalistas da cidade do Rio de Janeiro produziram discursos vinculados nesse jornal que tinham o caráter civilizador e disciplinador para a sociedade da primeira República. Assim, Pessanha conclui seu pensamento, tomando como exemplo o futuro jornal industrial *O Paiz*:

A imprensa foi um espaço privilegiado da divulgação dessas ideias, possuindo também feições de uma verdadeira tribuna política. Esses Intelectuais que discordavam da política centralizadora e antiliberal do Império traziam os grandes debates políticos travados no parlamento, agora para esfera pública por meio dos jornais.

As campanhas e ideias revolucionárias divulgadas nesse periódico, referentes ao fim da escravidão e ao Império, deixaram de ser meros discursos e se tornaram representados, ganhando forma a partir de 1888 com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel e, no ano seguinte, com a Proclamação da República. Nessa nova fase da Imprensa Brasileira, *O Paiz* mostrará através de suas páginas a influência do seu novo poder, agora constituído e resguardado pelo novo governo, que aos poucos dominará os campos políticos, econômicos e sociais. Tal poder foi um dos fatores responsáveis pelo novo paradigma constituído, pondo fim ao Antigo Regime com sua escravidão. No final, noticiando a queda da Monarquia como fato consumado, descrevia o resumo da situação atual, mostrando que a nação estava dando passos largos rumo à modernização, deixando assim de vez o seu atraso colonial que perdurou tantos anos pelo julgo português⁵⁵.

⁵⁴ *Idem, op. cit.*, p. 14.

⁵⁵ Jornal *O Paiz*, 16 de novembro de 1889.

Sobre o lugar onde o jornal funcionava no início, sabe-se que suas instalações, sumamente precárias em 1884, tinham pertencido anteriormente ao diário *O Cruzeiro*. Segundo Luís Edmundo Mello Pereira da Costa, em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, a sede do jornal era "um casarão velho, sombrio, a pedir a esmola de uma boa picareta, a graça de um desabamento, ou então um incêndio providencial"⁵⁶. A pitoresca descrição da gênese do jornal, embora um pouco carregada, não parece fora de lugar. Entretanto, é necessário olhar com cuidado para as avaliações de Luís Edmundo sobre a imprensa da época. Ele trabalhava no jornal *Correio da Manhã*, o principal concorrente de *O Paíz*, e não foi um observador tão eficaz por influência do seu próprio jornal e de seu chefe, Edmundo Bittencourt, a quem dedicou suas críticas. Esses dois jornais polarizavam, no Rio, as correntes de opinião: O País que defendia o Governo, já o Correio da Manhã, capitaneava a oposição⁵⁷.

Anos depois, com o advento do governo de Rodrigues Alves e a grande urbanização que aconteceu no Rio de Janeiro, houve uma melhoria das instalações de vários edifícios que abrigavam a sede desses periódicos. Nessa fase relatada, o jornal *O Paíz* se encontrava no auge da Imprensa Industrial, a chamada "Grande Imprensa". Em 1909, com a inauguração do Palácio Avenida, a sua redação mudou-se estrategicamente para as instalações do mesmo, pois era um prédio suntuoso, de quatro andares, que em nada lembrava o velho pardieiro dos primeiros tempos; apesar disso, não caía no gosto, como nos relata um dos seus principais redatores da época, Gilberto Amado, que o considerou um dos edifícios mais feios da avenida. É possível observar através do mesmo redator uma visão mais descritiva sobre a nova sede do jornal *O Paíz*:

A redação de O País, à esquina de Sete de Setembro, num dos mais feios edifícios da Avenida, então considerado bonito, dois andares e entres solo, compunha-se de uma grande sala retangular no primeiro andar, na qual se dispunham paralelamente mesas, uma de cara para cada redator, umas dez, todas lustrosas novas. Ao fundo, debaixo de grandes retratos de Quintino Bocaiúva e Salvador Matosinhos, fundadores do jornal, a mesa do secretário da redação, comprida e larga⁵⁸.

O jornal teve entre seus colaboradores, na primeira fase, alguns dos mais conhecidos escritores da época. O líder abolicionista Joaquim Serra escrevia a coluna *Tópicos do Dia*; o romancista Coelho Neto (Charles Rouget) publicou *Os Narcotizadores*. Também em suas

⁵⁶ EDMUNDO, L. O Paíz nos primeiros anos do século. In: EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 575.

⁵⁷ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994, p. 332.

⁵⁸ *Idem*, *ibid.*

páginas sai *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, em 1885; e em 1892, *Manuel Lúcio*, a primeira obra de Afonso Arinos de Mello Franco (Afeár), tio do político da UDN com o mesmo nome. Carlos de Laet, que deixara o *Jornal do Comercio* por desentendimento com a direção, refugiou-se em *O Paíz* juntamente com sua popular coluna *Microcosmo*. Outro assíduo colaborador foi Euclides da Cunha. Numa iniciativa pouco comum, o jornal começou a ganhar dinheiro com informação internacional. Montou um centro telegráfico, que nada mais era do que a reprodução dos telegramas que recebia da agência de notícias *Havas*, e os revendia a outros jornais.

O jornal se viu envolvido indiretamente na primeira crise política da recém-instalada República. No fim do período imperial foram proibidas as "malts" de capoeiras, bandos acusados de agredir e matar pessoas nas ruas. Um observador francês disse que os capoeiras eram verdadeiros bandidos que em certos dias aterrorizavam a capital. A República decidiu apertar a proibição, assim, o chefe de Polícia do Rio, João Batista Sampaio Ferraz, o "Cavanhaque de Aço", mandou prender os capoeiristas. Dentre os quais um dos mais temidos era José Elísio dos Reis, o "Juca Reis", líder de uma "malta" e conhecido pela sua agressividade. Era filho do Conde de Matosinhos⁵⁹, o fundador de *O Paíz*. Ele e seu grupo tinham dispersado em 1881 um comício republicano em praça pública e em 1877 fora acusado de "chicotear ferozmente" a atriz francesa Suzane Costera nas escadarias de um teatro. Juca Reis foi preso no Rio e logo depois seu pai solicitou a intermediação de Bocaiúva no caso, visando a soltura de seu filho, mas não foi acatado pelo primeiro presidente do Brasil, Deodoro da Fonseca, que no final acabou extraditando Juca Reis para Portugal. Por fim, o Conde de Matosinhos que se encontrava enfermo, ofendido e triste com a decisão do presidente optou por vender o jornal em 1890.

A imprensa, que tinha funcionado livremente durante o Império, foi submetida a uma censura severa por Bocaiúva. *O Paíz*, sob sua orientação, depois de defender a política de Floriano Peixoto, fez oposição ao primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, instigando militares contra ele e alinhando-se com as posições dos jacobinos⁶⁰. Prudente escreveu a seu irmão Manuel: "o Quintino continua amigo do governo, mas o seu "Paiz" continua a dar alfinetada [ilegível] com muita má fê!". Em outra carta diz que

⁵⁹ CARVALHO, J. M. de. *Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, 2004, p. 155.

⁶⁰ *Idem*, op. cit., p. 34.

essa canalha é instigada pelo 'Paiz' - que não pode resignar-se com a privação do pingue subsídio que recebia pela verba secreta - e pelo 'Diário de Notícias', a quem recusei essa subvenção. A polícia está preparando para dar uma sova em regra na primeira oportunidade que essa canalha oferecer.

Como observa Célio Delbes, em sua biografia sobre Campos Salles, Prudente de Moraes "não enlameava as mãos, tingia-as de sangue"; para tratar com a imprensa, optou pela violência no lugar da corrupção⁶¹.

João de Souza Lage mudou o jornal. Começara em 1898, como gerente comercial, e foi promovido a diretor. Aproveitando a viagem do principal acionista a Portugal, ele comprou as ações com um empréstimo do Banco da República, em 1904. *O Paiz* deu um novo salto em importância e prosperidade, com a ajuda dos poderes públicos. Cinicamente, Lage dizia que só precisava de 22 leitores: o presidente da República e os 21 governadores. Como escreveu Luís Edmundo: "na orientação da folha, Lage, amigo incondicional de todos os governos, serve-os com diligência e com agrado. Dá de uma banda, e de outra banda tira [...]"⁶². De maneira mais direta, Sodré escreveu que "Lage tipificou, realmente o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal"⁶³.

A Grande Imprensa política fez do tema a sua tônica de matéria ~~tal~~ como a política era entendida e praticada na velha República Oligárquica⁶⁴. Assim, o poder desse veículo e sua influência nas pessoas da política do país acabou criando inúmeras representações com o objetivo de ~~negativizá-los~~ ou positivá-los” perante a sociedade, dependendo do pedido feito pelas bases financiadoras do governo ou de quem simplesmente ~~pagava mais~~” ao dono deste periódico, o qual, nas palavras de Molina, se constituiu em ~~Um~~ Jornal de Aluguel⁶⁵.

É o caso da entrevista concedida, em 1905, por Bernardino de Campos a Alcindo Guanabara que, além de jornalista nomeado, era deputado federal, e publicado em *O Paiz*. A ideia fora de João Lage: Bernardino divulgaria seus planos de governo, já praticamente escolhido candidato à sucessão de Rodrigues Alves. A entrevista teve

⁶¹ MOLINA, M. M. *O Paiz – Um Jornal de Aluguel*. In: *Revista Valor Econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros – Coleção Livros de Valor, 2007, p. 44.

⁶² EDMUNDO, L. *O Paiz nos primeiros anos do século*. In: -- *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 577.

⁶³ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994, p. 243.

⁶⁴ *Idem*, op. cit., p. 323.

⁶⁵ MOLINA, M. M. *O Paiz – Um Jornal de Aluguel*. In: *Revista Valor Econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros – Coleção Livros de Valor, 2007, p. 45.

colorido sensacionalista, pelas ideias que divulgava e que, incompatibilizando o candidato com forças políticas dominantes, inutilizou sua candidatura⁶⁶.

Lage, porém, cuidava da qualidade da escrita e da apresentação do diário. O jornalista Max Valentim escreveu no *Jornal da ABI* que *O Paiz* era um jornal elegante, afeiçoado ao governo, "o matutino da elite, com frequência dos parlamentares e escritores, fora as damas da 'society' atraídas pelo fulgor mundano que João Lage e senhora atraíam para o ambiente de tetos estucados e paredes de lambris⁶⁷". Ele conservou os excelentes colaboradores que o jornal já tinha e contratou outros. João Lage não colocava de graça o seu jornal a serviço de uma causa, ou seja, sem uma boa remuneração. Mário Guastini, que trabalhava em São Paulo para *O Paiz*, escreveu que o secretário da Fazenda do Estado, Cardoso de Almeida, pediu a Lage que atacasse a Companhia Docas de Santos. A essa questão Lage respondeu da seguinte maneira:

[...] essa história que o Cardoso pediu como se fosse notícia de casamento ou batizado é coisa muito complexa ainda para ser discutida pelos tribunais. Diga ao Cardoso que vou pensar no caso, mas faça-lhe esta consideração: as Docas, na pior das hipóteses, publicam seu relatório anual no 'Paiz' e a Secretaria de Fazenda de São Paulo não publica o seu⁶⁸.

Paulo Barreto, depois de mais de uma década na *Gazeta de Notícias*, onde projetou seu pseudônimo, João do Rio, saiu desse jornal por defender seu amigo Gilberto Amado, que matara a tiros o poeta Aníbal Teófilo, por discordar de sua opinião em questões literárias. Foi trabalhar em *O Paiz*, um jornal que considerava como "o guia das aspirações conservadoras do Brasil⁶⁹". Em seu novo jornal, João do Rio lançou uma coluna, *Pall-Mall-Rio*, fazendo referência à rua dos clubes de elite no centro de Londres, assinando como José Antônio José. O nome era "pura imitação dos *Pall-Mall* de Michel-Georges-Michel, o cronista elegante de *Deauville* e da *Côte d'Azur*", segundo Brito Broca. Retratava a vida mundana na *belle époque* do Rio de Janeiro. Segundo seu biógrafo, era um verdadeiro inventário da classe dominante durante a guerra europeia: "a alta sociedade simplesmente adorou José Antônio José⁷⁰".

⁶⁶ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994, p.326.

⁶⁷ MOLINA, M. M. *O Paiz – Um Jornal de Aluguel*. In: *Revista Valor Econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros – Coleção Livros de Valor, 2007, p. 45.

⁶⁸ MOLINA, M. M. *O Paiz – Um Jornal de Aluguel*. In: *Revista Valor Econômico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros – Coleção Livros de Valor, 2007, p. 45.

⁶⁹ *Idem*, op. cit., p. 46.

⁷⁰ *Idem*, op. cit., p. 47.

O *Paiz* que antes da Abolição, em 1888, alegava ter uma tiragem de 11 mil exemplares⁷¹, anos mais tarde, já na fase da Imprensa Industrial, diria que chegava a 32 mil; assim, o jornal atravessou com solidez toda a fase deste estudo. Não foi uma folha de efêmera existência, permitindo então analisar o discurso veiculado sobre a situação da Marinha na 1ª República dos anos de 1893 a 1910. É justamente por esse motivo que foi possível verificar em suas páginas a construção das representações que ao longo do tempo tomaram forma na Revolta de Novembro de 1910: “é possível observar em algumas edições que o mesmo dar destaque às formas de recrutamento e à organização da força naval, as quais estavam presentes ao longo do período analisado⁷²”, muitas vezes as notícias sobre a revolta eram divulgadas em uma coluna específica que trazia notícias da “eserna”, com o nome de *Força Pública*. Essa coluna trazia o expediente diário da instituição, permitindo observar aspectos da visão que se tinha a respeito da sociedade brasileira com o Estado, nas formas de serviços militares desenvolvidos, exemplo claro representado pelo *Sorteio do Serviço Militar*. As questões tecnológicas também abordadas nessas colunas deixam claro que, desde a Revolta da Armada, a Marinha sonha em se tornar uma força capaz de exercer e defender a soberania da nação em detrimento do Exército que desde do início da República se destacou não só enquanto “força de armas”, mas também no quadro político. As colunas deste periódico que davam destaque aos militares sempre os associavam ao modelo republicano. Em uma das colunas da edição de número 9525⁷³, alguns aspectos da elite militar foram destacados, dentre eles, O Ministro da Marinha na época: Joaquim Baptista de Leão. O periódico o associava ao soldado moldado pelo ideal republicano, usando palavras como bravo e digníssimo soldado, sempre no final comparando ao que o jornal chamava de “reta orientação republicana⁷⁴”. Em relação aos praças, foi possível em algumas edições verificar como eram realizados os recrutamentos⁷⁵ e em outros se trazia nessas colunas a imagem da farda dos militares, novamente os comparando ao sinônimo de ordem, associando a vida militar à vida

⁷¹ O *Paiz* de 2 de outubro de 1904.

⁷² Nos jornais de 1893 a 1905 é possível ver notícias que destacam como eram feitos os recrutamentos no Brasil, tanto da Marinha quanto do Exército. A partir de 1904, também faz parte dos periódicos as reivindicações da Marinha pelo reaparelhamento e reestruturação da sua Força Naval, o atendimento desse pedido ganha destaque na notícia do jornal O *Paiz*, de 18 de abril de 1910, com a chegada dos novos vasos de Guerra no Rio de Janeiro.

⁷³ O *Paiz* de 01 de novembro de 1910.

⁷⁴ Op. cit.

⁷⁵ O *Paiz* de 09 de junho de 1906 – Questão Vital – o soldado de dois anos.

republicana; em uma dessas colunas a descrição da farda do militar é exaltada como se fosse a própria ordem republicana organizando o país igual ao soldado que organiza sua farda⁷⁶.

Não só através da leitura dessas colunas, mas também dependendo da notícia veiculada, era possível que questões militares, como revoltas dentro das unidades ou até fora delas, ganhassem relevância de tal modo que as notícias ganhavam espaços de destaque. Assim, elas eram inseridas em páginas inteiras do periódico (com letras garrafais) que davam ao leitor a medida da importância daquele acontecimento para a sociedade, mesmo não sendo um fato relevante para este mesmo leitor. Assim, *o Paiz*, em sua última fase, da Grande Imprensa, manteve uma de suas características principais: a maioria de seus artigos e editoriais não vinham mais com a assinatura dos autores ou redatores, apenas aos grandes escritores, como João do Rio e Gilberto Amado, era reservado o direito de escrever artigos de caráter particular para este periódico. É importante salientar que o mesmo era formado por diferentes redatores e repórteres de todos os níveis sociais da época, isso dava ao periódico uma característica distinta dos demais e seu histórico de lutas políticas em defesa do regime republicano não descarta a hipótese de existir em sua grande maioria redatores conservadores de uma linha política tendenciosa ao novo regime.

3 ANTECEDENTES DA REVOLTA DA CHIBATA

3.1 Recrutamento, Disciplina, Castigos Físicos e o cotidiano na Marinha da Primeira República

No final do século XIX, as instituições militares apresentavam uma estrutura disciplinar peculiar. Dentre os documentos que regiam as normas disciplinares encontravam-se (1) o *Regimento provisional para o serviço e disciplina das esquadras e navios da Armada Real*, que por ordem de Sua Majestade deveria servir de regulamento aos comandantes das esquadras e navios da mesma Senhora; e (2) os *Artigos de guerra*⁷⁷. Sendo assim, o *Regimento* delegava poderes ao comandante para que este mantivesse a disciplina e a ordem do navio. O apêndice denominado *Artigos de guerra* era composto por oitenta artigos que tratavam das punições para os crimes e as faltas de todos os militares a bordo, tal documento

⁷⁶ O Paiz de 12 de junho de 1906 – Exaltações à Marinha.

⁷⁷ NASCIMENTO, Á. P. do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 33.

era visto como uma espécie de código penal militar existente na Marinha Portuguesa desde fins do século XVIII⁷⁸ e foi adotado pela Armada brasileira.

A partir dos *Artigos* verifica-se o rigor das punições em se tratando de transgressão à hierarquia⁷⁹. Observamos esse rigor, por exemplo, no artigo 56, o qual determinava que aqueles que desrespeitassem a sentinela do navio seriam severamente punidos, inclusive com a morte. O mesmo rigor é ainda observado no artigo 80, segundo o qual seriam aplicados severos castigos físicos àqueles que cometessem delitos, como embriaguez, jogos excessivos, e outros semelhantes⁸⁰. Alguns episódios ocorridos em navios da Armada Brasileira nos mostram como eram colocados em prática esses artigos diante do efetivo naval.

No dia três de setembro de 1873, no encouraçado *Bahia*, ocorreu um desentendimento entre o soldado naval Luís de Sousa Neves, então sentinela encarregado, e o marinheiro imperial Laurentino Manuel da Silva. O ocorrido foi um caso de rebeldia e desacato à sentinela que foi então levado ao oficial imediato José Cândido Guillobel, que na ocasião assumia interinamente o posto de comandante do couraçado, o qual deveria julgar a qualidade da transgressão e conseqüentemente a punição a ser aplicada ao soldado transgressor. Fazendo uso dos *Artigos de guerra*, Guillobel valeu-se do artigo 80, no qual se lia que os delitos de desordem ficariam ao prudente arbítrio do superior para impor aos delinquentes o castigo que lhes for proporcionado⁸¹, e aplicou ao soldado a punição através das chibatadas; o problema se deu pela quantidade exacerbada de chibatadas aplicadas como castigo.

Após a transferência de Laurentino para o encouraçado *Brasil*, aquilo que seria apenas uma briga entre marinheiros foi tomando dimensões bastante diferentes do que se via na Marinha, isso porque o problema suscitou na intervenção do chefe da esquadra, que levou ao banco dos réus um oficial pelo tão rigoroso castigo ministrado sobre um marinheiro⁸². Guillobel defendeu-se das acusações de crime, alegando que se ultrapassara o limite de 25 chibatadas diárias, fora por seguir a praxe recorrente nos navios da Armada⁸³. Vemos assim

⁷⁸ *Idem*, *ibid.*

⁷⁹ *Idem*, *ibid.*

⁸⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 34.

⁸¹ NASCIMENTO, Á. P. do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 35.

⁸² *Idem*, *ibid.*

⁸³ *Idem*, *ibid.*

que o castigo era um exercício cotidiano de poder, tendo em vista a garantia da disciplina nos navios.

Esses episódios decorriam de um grave problema recorrente tanto na Marinha como nas forças armadas de uma maneira geral: a forma como os seus ~~marinheiros imperiais~~, como eram chamados os militares antes da primeira república, e apenas marinheiros, da República em diante, eram arregimentados para prestar o serviço militar. Segundo o decreto de n.º 1591, de 14 de abril de 1855, que regulava o alistamento militar para a Armada em todo Brasil, eram dadas as ordens para que as autoridades civis e militares locais centralizassem o alistamento em suas localidades. Havia três formas de recrutamento para o serviço militar obrigatório: os voluntários que se apresentavam de livre e espontânea vontade; o recrutamento forçado, muitas vezes preenchido por pobres, marginais e delinquentes, sendo estes últimos recrutados direto das celas onde se encontravam sob custódia da polícia local; e por último, o alistamento de menores para a Escola de Aprendizes de Marinheiros.

Segundo Sodré, em sua obra *História Militar do Brasil*, o recrutamento deveria manter-se nos moldes coloniais: ~~ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis, de malfetores mesmo~~⁸⁴. Juntando tudo isso que ainda existia o final do Império e no início da República, esclarece Sodré, ainda havia o velho costume colonial de isentar classes abastadas e também as classes médias do serviço militar. Para preenchimento do efetivo naval era preciso caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os negros recém-libertos da escravidão, recrutar os vagabundos e mendigos que perturbavam o sono e o espaço da burguesia, enfim, todos os excluídos dessa sociedade no final do XIX e início do século XX. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

Os relatórios do Ministério da Guerra estão cheios de queixas contra o sistema de recrutamento e de pedidos ao Congresso de leis mais adequadas. Fala-se na geral repugnância da população para a carreira das armas e na impossibilidade de manter os recrutas nas fileiras. Os voluntários eram obrigados a servir seis anos e os recrutados nove anos, mas as constantes deserções, as doenças, a incapacidade física e as mortes, desfalcavam o contingente em proporção calculada pelo ministro no relatório de 1862 em um terço anualmente⁸⁵.

Assim, percebemos o quão grave era o problema do recrutamento nas forças armadas e que as autoridades, mesmo cientes desses problemas, não conseguiram reformular uma nova

⁸⁴ SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979, p. 128.

⁸⁵ CARVALHO, J. M. de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano*. v. 9. São Paulo: Difel, 1978, p. 190.

política de seleção para o serviço militar obrigatório que fosse capaz de mudar esse quadro. Um quadro desolador formado por pessoas arrancadas à força da terra, de seus lares ou até mesmo de prisões para servir sobre correntes a um Estado que nunca se lembrou deles, até o presente momento, no qual estava em jogo o preenchimento para formação do seu efetivo militar.

Os primeiros episódios relatados acima foram retirados da obra *Ressaca da Marujada*, de Álvaro Nascimento. Esses episódios formaram com o passar dos anos um prelúdio que tomaria forma na noite de 22 de novembro de 1910, quando teve início uma das maiores revoltas populares da história da cidade do Rio de Janeiro: a chamada Revolta da Chibata. Tudo começou durante a noite, quando o comandante João Batista das Neves retornou ao encouraçado *Minas Gerais*; centenas de marinheiros matariam seis oficiais e um grumete e expulsariam dos navios rebelados todos aqueles contrários ao levante⁸⁶. Observando os acontecimentos decorrentes que deram o pontapé inicial da Revolta da Chibata, têm-se as diferentes visões que se formaram na época e que poderiam adquirir um caráter popular aos olhares dos noticiários, oscilando entre as variações dos acontecimentos durante a revolta. Assim, juntamente com o envolvimento político, militar e popular, a revolta tomou uma proporção que envolveu toda a capital da Primeira República.

3.2 Os primeiros anos republicanos

Este capítulo traz um pouco da visão do cotidiano da capital brasileira nos primeiros anos republicanos que também ganharam destaque nas páginas d'*O Paiz*. A Primeira República, também conhecida pela historiografia tradicional como República Velha, constitui a primeira fase da organização republicana nacional e vai desde a Proclamação da República em 1889 até a chamada Revolução de 1930. Pela liderança do poder de Estado, alteraram-se confrontos e alianças entre a oligarquia rural e os militares das Forças; assim, a república nasceu de um momento de muita agitação com a crise do quadro político do Império que se deu por confrontos de insatisfação dos meios rurais e militares:

O retorno glorioso dos escravos libertados para servirem na Guerra do Paraguai e a agitação de outros escravos pela liberdade após a Lei do Ventre Livre, que

⁸⁶ NASCIMENTO, Á. P. do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008. p. 34.

marcaram o início da década de 1870, mostraram para os senhores de escravos, políticos e letrados de então que a escravidão estava com seus dias contados⁸⁷.

Do outro lado, os republicanos procuravam angariar mais adeptos na luta contra a Monarquia, e uma das formas de lutar por um novo regime foi o fortalecimento do movimento e da propaganda abolicionista. Assim, os indivíduos ligados a esse movimento incitavam muitos escravos a fugirem de suas fazendas. Os republicanos decidiram, em suas reuniões, que era preciso utilizar cada vez mais os jornais para a propaganda republicana e que deviam, ao mesmo tempo, aumentar as críticas ao Antigo Regime. Esse processo teve sua consolidação com a libertação dos escravos em 1888. Porém, logo em seguida, a Proclamação da República (1889) não trouxe, para o povo, mudanças socialmente significativas. Entre o fim do Império em 1889 e a posse da presidência por Prudente de Moraes, em 1894, militares ocuparam o cargo de líder na Primeira República. O primeiro a ocupar tal cargo foi o Marechal Deodoro da Fonseca, presidente interino desde a Proclamação da República e eleito após a aprovação da Constituição de 1891. Deodoro da Fonseca, depois do fracasso da tentativa de golpe de 3 novembro de 1891, no qual fechou o congresso, foi obrigado a renunciar no ano de 1891, quando o vice-presidente Marechal Floriano Peixoto assumiu a presidência até 1894, encerrando o período conhecido como República da Espada. Na imagem desse contexto histórico delineada pela historiografia tradicional, vê-se, num primeiro momento, uma exaltação do exército, representado principalmente pela figura do Marechal Deodoro, *em estilo heroico*⁸⁸. Segundo Ana Luiza Martins, *na cunhagem de agentes históricos para o país pelo novo ideal de liberdade inerente à República*⁸⁹. O ideal republicano, que posteriormente seria defendido nas páginas d'*O Paiz*, seria, então, uma concepção de república fruto de uma síntese de várias ideias que nasciam nesse período sob o novo regime. *A base social do republicanismo nas cidades era constituída principalmente de profissionais liberais e jornalistas, um grupo cuja emergência resultou do desenvolvimento urbano e da expansão do ensino*⁹⁰. Os militares, mesmo os de baixa patente, perceberam e foram influenciados por esse novo regime, no qual os ritos cívicos de exaltação à bandeira,

⁸⁷ NASCIMENTO, Á. P. do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 108.

⁸⁸ MARTINS, A. L. *República: um outro olhar*. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.48.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2º Ed. São Paulo: Edusp, 1995, p. 228.

por exemplo, eram cobrados em todas as paradas diárias nos quartéis. Dessa forma, ~~a~~ bandeira republicana era ainda o auriverde pendão⁹¹”.

É importante destacar que na obra *A Ressaca da Marujada*, de Álvaro Pereira do Nascimento, o autor informa que essa visão positiva das forças armadas criada na primeira República seria logo invertida pela ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República e pela deflagração do golpe intitulado Revolta da Armada, pois ~~um~~ dos primeiros passos de Floriano foi intervir nos estados com forças federais, para derrubar todos os governadores que haviam apoiado o golpe de 3 de novembro⁹²”.

Apesar de alguns autores descreverem o período da ruptura institucional entre a Monarquia e a República como uma transição sem a menor tentativa de violência, sem nenhuma perturbação ~~[...]~~ da ordem social⁹³”, o quadro histórico no qual o fato se deu era bastante complexo e ~~p~~incelado de intempéries”. Segundo Aristides Lobo, um dos problemas do surgimento da República teria sido o fato de o povo ter assistido a tudo ~~b~~estializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar⁹⁴”. Assim como Aristides, outros autores também apontam para um povo alheio aos fatos políticos da época, ainda que, no entanto, a bandeira da República proclamasse a soberania popular através de sua participação política. Ana Maria Martins⁹⁵ fala sobre a República como um ideal importado da França, e não vivido politicamente pelo povo brasileiro. É, pois, por esse motivo que ele seria ~~a~~lheio”:

Quanto ao povo, embora sempre considerado ~~m~~assa bestializada”, percebe-se, hoje, ter sido vítima de uma imagem construída a partir dos conceitos de cidadão e cidadania que os homens letrados tinham na época. Estes procuravam no homem brasileiro o cidadão da República francesa, ou burguês inglês vitoriano, esperando, num passe de mágica, transformar o súdito da Monarquia no ~~e~~idãoo” da República⁹⁶.

⁹¹ CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 121.

⁹² NASCIMENTO, Á. P. do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 121.

⁹³ MARTINS, A. L. *República: um outro olhar*. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 16.

⁹⁴ José Murilo de Carvalho cita uma carta de Aristides Lobo ao *Diário Popular* de São Paulo, em 18.11.1889. Disponível em: CARVALHO, J. M. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2004.

⁹⁵ MARTINS, A. L. *República: um outro olhar*. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 16.

⁹⁶ *Idem*, *ibid.*

Assim, –embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação⁹⁷”.

Em todo esse contexto histórico, destaca-se a cidade do Rio de Janeiro como cenário para as transformações sociais, políticas e culturais trazidas pelo fim do século XIX. A maior cidade do país, na época, destacava-se como capital política e administrativa, apresentando-se como terreno fértil para o desenvolvimento da cidadania, que era justamente o que pregavam os republicanos. Ou seja, o novo regime, –que se pretendia ancorado na opinião pública, na formação de uma comunidade política⁹⁸”, causou grande impacto na vida sociocultural e política da –antiga capital do Império⁹⁹”. Algumas mudanças já vinham –fermentando” desde os últimos anos do Império e estabeleceram-se após a abolição da escravatura e da proclamação da República – por exemplo, o aumento quantitativo da população na capital e, conseqüentemente, o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Outros problemas agravaram-se justamente com o crescimento populacional, devido à falta de estrutura para abarcar a demanda. São eles: os problemas de habitação, tanto em quantidade quanto em qualidade; o agravamento dos antigos problemas de abastecimento de água, saneamento e higiene; e as epidemias de varíola, febre amarela, malária e tuberculose. Os problemas econômicos e financeiros não eram, portanto, nem poucos nem pequenos.

Nesse quadro de tribulações, a expectativa geral do povo era de que a renovação política com o advento da República trouxesse uma –maior participação no poder por parte não só das elites, mas também de camadas antes excluídas do jogo político¹⁰⁰”.

O primeiro período da República, batizado pela historiografia tradicional de –República da Espada”, foi marcado por um movimento de rebeldia por parte dos militares, que experimentavam a retomada do poder que fora perdido durante o período da Regência. –Rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar e a esquadra nacional em peso. Generais brigavam entre si, ou com almirantes, o Exército brigava com a Armada, a polícia brigava com o Exército¹⁰¹” Bombardeios em partes da cidade e o bloqueio do porto

⁹⁷ CARVALHO, J. M. *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2004. p. 12.

⁹⁸ *Idem*, op. cit., p. 15.

⁹⁹ *Idem*, *ibid.*

¹⁰⁰ *Idem*, op. cit., p. 24.

¹⁰¹ *Idem*, *ibid.*

causaram o pânico e o deslocamento maciço da população para os subúrbios. Grande parte dos operários, acreditando no novo regime, promoveu greves; da mesma maneira:

[...] ferroviários, marítimos, estivadores, cocheiros e condutores de bondes fizeram sua entrada no cenário político, promovendo as primeiras paralisações da capital, que dependia do funcionamento da rede ferroviária e do porto, pois daí provinha todo o seu abastecimento¹⁰².

No campo das ideias, a República não produziu correntes ideológicas próprias; antes, proporcionou abertura para o estabelecimento de ideias já existentes no mundo imperial, como o liberalismo e o positivismo, e algumas importadas. Intelectuais e artesãos qualificados viram a possibilidade de intervir na política e democratizar a República, “através de propostas de natureza social, lançando jornais de propaganda e formando associações¹⁰³”. Com essa nova configuração instaurada pela república, o novo momento político propiciaria mais liberdade de ação por diversos grupos que estavam se estabelecendo nesse novo contexto. A mudança de valores se deu não somente no âmbito das ideias, pois “a quebra de valores antigos foi também acelerada no campo da moral e dos costumes¹⁰⁴”.

Um dos problemas que surgiram com as transformações pelas quais a capital passava e que o novo regime teria que resolver era “a organização de outro pacto de poder que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade¹⁰⁵”. Ora, o país passava por um momento de grandes agitações sociais, incluindo uma guerra civil no Sul, e por problemas na economia causados pela crise do mercado de café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. Assim, havia a necessidade urgente de uma neutralização da influência da capital na política nacional, o que significava tirar os militares do governo e reduzir o nível de participação popular.

Em contrapartida, a presença dos militares no poder poderia ser vista como um fator de estabilização na capital, mas que, de certo modo, também gerava instabilidade. Esse fato pode ser observado através das relações ambivalentes entre a elite paulistana e Floriano Peixoto.

Nos anos que se seguiram à década de 1900, o Rio de Janeiro vivia uma situação privilegiada, pois lá havia sedes de várias instituições de grande importância – como o Banco

¹⁰² *Idem*, *ibid.*

¹⁰³ *Idem*, *ibid.*

¹⁰⁴ *Idem*, *ibid.*

¹⁰⁵ *Idem*, *op. cit.*, p. 46.

do Brasil, bancos nacionais e estrangeiros e a Bolsa de Valores. Além disso, o Distrito Federal polarizava as finanças nacionais. O Rio de Janeiro também era o núcleo da maior rede ferroviária do país e a maior cidade do Brasil, sendo, portanto, aquela que mais oferecia mercado consumidor e mão de obra às indústrias, além de ser, na virada do séc. XIX para o XX, o terceiro maior porto, no continente americano, em volume de comércio¹⁰⁶. Assim, não era apenas a cidade mais importante do país, mas também um símbolo de desenvolvimento intelectual e científico, irradiador de cultura para as outras cidades do Brasil; era o primeiro local no qual as novidades europeias chegavam – novidades que, somente depois, em alguns casos, adentravam outras localidades do país. O Rio era o que se pode chamar de “porta de entrada do país”, além de ser o símbolo da brasilidade tanto nacional quanto internacionalmente.

Promover a industrialização imediata e modernizar o país eram as metas da nova elite republicana, que acabaram ocasionando, por sua vez, a entrada de capital inglês e norte-americano no Brasil e a mais escandalosa fraude especulativa de todos os tempos no mercado de ações: o Encilhamento.

Mas o Encilhamento é uma política consciente a favor da industrialização, as emissões e o aparecimento de um fantástico número de novas empresas industriais mostram que os decretos de 10 de maio e 11 de outubro de 1890 fortalecem fundamentalmente a indústria. Essas medidas encarecem os produtos importados, tornando-os proibitivos, o que ajuda indiretamente os fabricantes nacionais, principalmente os da indústria têxtil¹⁰⁷.

Mesmo com a capital da República vivendo o período da *Belle Époque*, o Brasil era essencialmente agrário, e durante a Primeira República, com o café consolidado como produto de exportação, esse processo estava em pleno desenvolvimento hegemônico. Em sua obra *A República Velha – Instituições e Classes Sociais*, Edgar Carone apresenta várias observações interessantes sobre o período, relatando que a superioridade da produção agrária sobre a extrativa e a industrial é esmagadora: café, algodão e açúcar perfazem 69% do total do valor bruto de exportação¹⁰⁸. Essa hegemonia do sistema agrícola, como vimos, não impediu o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, mas o número de indústrias no país ainda era

¹⁰⁶ SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Brasília: Brasiliense, 1983, p. 27.

¹⁰⁷ CARONE, E. *A República Velha – Instituições e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: DIFEL, 4ª ed., 1978, p. 83.

¹⁰⁸ *Idem*, op. cit., p. 19.

muito limitado. Apesar de todas as mudanças ocorridas, o mundo social dos cidadãos cariocas continuava como na época do Império, pois o povo estava, em sua maioria, relegado ao destino de sua própria sorte, visto que a república não havia sido instalada de modo democrático. As várias revoltas que aconteceram nesse período, como a de Canudos, por exemplo, mostram a insatisfação das classes abastadas do poder político.

Neste trabalho, apresentaremos exemplos de apenas duas dessas revoltas, que contaram com ampla participação da Marinha. Também demonstraremos com esta pesquisa que, embora essas revoltas não sejam classificadas pela historiografia tradicional como revoltas estritamente populares, elas contaram sim com a participação de pessoas do povo em seu desenvolvimento – como os marinheiros, que foram de extrema importância em ambos os episódios. Para delinear os acontecimentos que compõem nosso objeto de estudo, tomaremos como fonte para o acompanhamento dos eventos os leitores do periódico *O Paiz*, que construíam, por meio da leitura do jornal, diferentes visões dessas revoltas.

3.3 Participações da Marinha nas Revoltas da Armada e da Vacina

A relação que se estabelece entre os leitores d'*O Paiz* no decorrer dos dias da Revolta, de 22 a 26 de novembro de 1910, gerou uma gama de sentimentos pelos amotinados – medo, dúvida, curiosidade, insegurança, entusiasmo, ansiedade, angústia, compaixão, etc. – e amor pela causa das reivindicações; foi possível, ainda, observar o rancor e o desejo de vingança por parte de alguns indivíduos que se sensibilizaram com as mortes de oficiais atingidos no levante. Dentre todos esses sentimentos, destacam-se o desespero e o terror, pois ficaram evidenciados pelas fugas dos bairros litorâneos em direção aos bairros periféricos e à cidade de Petrópolis. Através de suas notícias, *O Paiz* revelou parte do sentimento que dominara o espírito público naqueles dias angustiosos da revolta¹⁰⁹, e assim “o jornal mostrava-se bastante informado acerca dos temores que rodavam os cidadãos da capital”¹¹⁰.

Nessa situação, os moradores do Rio lembravam-se daquela revolta de “caráter militar”, mais conhecida como Revolta da Armada (1893), que ocorrera 17 anos antes em meio à mesma Baía de Guanabara, “quando centenas de oficiais da Marinha de Guerra,

¹⁰⁹ Jornal *O Paiz*, 23 de novembro de 1910, p.1 (A Causa: qual poderia ser? Na normalidade dos dias que atravessamos em uma noite em que a sociedade carioca se dividia por várias festas, a notícia parecia absurda a princípio e depois, mesmo com alguns detalhes, inverossímil).

¹¹⁰ NASCIMENTO, A. P. do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X – FAPERJ, 2008, p. 35.

capitaneados pelo almirante Custódio de Mello, se levantaram contra o governo de Floriano Peixoto¹¹¹; além dessa, os moradores também puderam lembrar-se de outra, mas dessa vez de “caráter popular”, a chamada Revolta da Vacina¹¹². Nas revoltas da Armada e da Vacina, o jornal *O Paíz* tivera uma posição única e constante de apoio ao governo, mas, no contexto da Insubordinação da Armada¹¹³, representou o evento de forma particular, a qual analisaremos no presente trabalho.

As lembranças de revoltas populares e militares das quais a cidade foi palco não são as melhores recordações dos moradores do Rio de Janeiro. Na manhã de 23 de novembro de 1910, muitos cidadãos que acompanhavam o evento do Cais Pharoux viram as belonaves da Marinha aproximando-se dos portos com os canhões apontados para a cidade, e assim se lembraram das revoltas passadas ocorridas naquele mesmo cenário. Dessas revoltas, de acordo com o interesse que representam para o presente trabalho, já destacamos a da Armada e a da Vacina, as que mais se aproximam do ambiente vivido na capital republicana e que foram descritas nas folhas dos jornais da época. A mesma imagem e o mesmo lugar aparecem, sucessivamente, nas três revoltas, que ganharam ênfase n’*O Paíz* e em várias bibliografias que estudaram as revoltas ocorridas na Primeira República. O mesmo cenário da chegada dos navios é destaque na primeira página do jornal em diferentes épocas, o que é um fato bastante interessante, uma vez que ele sempre apresenta a descrição tanto do cenário no qual a situação ocorreu como da reação das pessoas ao se depararem com um levante que provocou, em um primeiro momento, um clima de temor e de curiosidade.

Essa imagem estava fixada na memória das muitas pessoas que puderam acompanhar os três eventos, descritos pelo periódico com uma riqueza de detalhes tão grande que acabou chamando a atenção para a análise das outras revoltas. Nosso ponto de partida para a análise será justamente a comparação da imagem criada pelo jornal em diferentes épocas. A seguir, dando início à análise, apresentamos um trecho do jornal, no qual se percebe um tom pesaroso sobre o primeiro movimento revolucionário ocorrido na Baía Guanabara:

A população da capital foi surpreendida hontem pela manhã com a notícia de que guarnições dos navios de guerra nacionaes, surtos no nosso porto, se tinham sublevado, sob o comando do contra-almirante Custódio de Mello, contra os poderes

¹¹¹ Sobre a Revolta da Armada, ver Hélio Leôncio Martins (vice-almirante).

¹¹² PEREIRA, L. A. de M. *As Barricadas da Saúde – Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

¹¹³ CARNEIRO, G. *História das Revoluções Brasileiras*. São Paulo: Ed. O Cruzeiro, 2ª edição, 1965.

constituídos da República. Em outro lugar desta folha inserimos todas as informações chegados ao nosso conhecimento, relativos a essa desgraçada revolta, com que a Marinha brasileira acaba de marear as suas tradições gloriosas de respeito a lei, de fidelidade as instituições republicanas, de acendra-lo patriotismo¹¹⁴.

O primeiro exemplo refere-se à Revolta da Armada de 1893, que ~~foi~~ um movimento liderado pelo Almirante Custódio de Mello contra a permanência no poder do Vice-presidente Floriano Peixoto, e exigia deste uma presidência interina até a convocação de novas eleições¹¹⁵. As críticas nas páginas do jornal foram constantes, sempre condenando a Marinha pelo ato de infringir a lei. Podemos perceber, na notícia de primeira página acima transcrita, que existe um tom de acusação e, ao mesmo tempo, de surpresa, pois a Marinha era, pelo seu passado glorioso, tradicionalmente descrita como defensora da nação e guardiã das leis. Nas palavras do periódico, que se referiu ao movimento como ~~des~~“desgraçada revolta”, ela estaria do lado oposto, do lado da desordem, do motim, da anarquia – o lado que ela sempre combateu. Nas páginas d’*O Paíz*, a partir do momento em que bombardeou a capital, a Marinha passou da posição de heroína e defensora da pátria para a de inimigo número um da nação. Por meio do jornal, passou-se a imagem de uma Marinha monarquista, imagem essa que foi projetada retrospectivamente pela memória florianista. O sentimento de tristeza tomava conta das folhas do periódico em uma tentativa de se expressar, ou, na verdade, de convencer os seus leitores de que a nação lamentava pelo ocorrido e de que pairava no ar um medo de um futuro desconhecido, caso a Marinha fosse vencedora do embate contra o governo:

[...] viria dos nossos sentimentos de pegar e censurar esse impensado acto de rebelião, que se por desastre for vencedor, sepultará sob os seus louros triumphantes a dignidade nacional, abrindo para esta terra de liberdade um futuro tenebroso de caudilhagem e de descredito¹¹⁶.

Esse modo de iniciar a narração demonstra certa incerteza no momento dos acontecimentos e uma vontade de que o governo seja vencedor. O regime republicano era, na visão do jornal, o regime da liberdade, da honestidade e da igualdade, e mudá-lo, eis o medo de uma tomada do poder pela Marinha, significaria perder todos os privilégios que as elites conquistaram até o momento. Aqui, é relevante apontar as diferentes representações

¹¹⁴ O Paíz, 7 de setembro de 1893. p. 1.

¹¹⁵ MARTINS, H. L. *A revolta da Armada – 1893*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, p. 9.

¹¹⁶ O Paíz, 7 de setembro de 1893, p. 1.

elaboradas pelo jornal sobre a Revolta da Chibata e a Revolta da Armada. A Revolta da Chibata era de cunho bem mais social do que a Revolta da Armada, de conotação mais política; mas, no entanto, foi condenada pelo periódico de maneira bem mais enfática, despertando o medo em seus leitores, o que não deveria acontecer, uma vez que os objetivos da revolta estavam a favor da população. Não foi assim, contudo, com a Revolta da Chibata (1910), uma rebelião de elite que deveria causar muito mais temor na população, pois estava ligada aos interesses políticos de uma minoria.

Esse tipo de rebelião, na qual a elite tomava a frente, tinha história não só no Brasil, já desde o período das Regências, mas também na América Latina. Elas eram vistas como focos potenciais de “caudilhagem”, o que gerava medo e uma necessidade de evitá-las desde o período Monárquico. O sistema político do Império impedia a ascensão dessas lideranças. Após a proclamação da República, no entanto, o caudilhismo estabeleceu-se de maneira forte particularmente no Rio Grande do Sul, onde teve origem o castilhismo de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Assim como entre os militares que tomaram conta do estado em 1889, havia, entre os castilhistas gaúchos, uma forte influência do positivismo.

A representação que o jornal *O Paiz* dava às rebeliões de elite, até mesmo as monarquistas nas quais a Marinha estava envolvida ou nas quais tinha tomado a frente, deixava a população com medo de que a caudilhagem se implantasse no país. A ideia de caudilho surgiu na América Latina para designar líderes conservadores que assumiam o poder por meio de golpes de estado e implantavam ditaduras personalistas. Em muitos casos, esses caudilhos eram militares ou grandes proprietários de terras, e o seu surgimento era favorecido pela própria estrutura social das ex-colônias espanholas e portuguesas, nas quais latifundiários detinham grande poder político. Um exemplo desse quadro é o coronelismo, que passava a ganhar força no Brasil, principalmente na região Nordeste. A missão d’*O Paiz* nesse primeiro momento era projetar um futuro tenebroso caso o país caísse nas mãos dos caudilhos, e com a fusão da Revolta da Armada com a Revolução Federalista esse medo aumentou ainda mais.

A seguir, apresentamos outro cenário, descrito pelo historiador Leonardo Affonso Pereira na obra *Barricadas da Saúde*, que mostra a atuação da Marinha na Revolta da Vacina, mas, dessa vez, ao lado do governo:

[...] o Rio de Janeiro amanheceu cercado no dia 15 de novembro de 1904. Navios da Marinha Brasileira (MB) se espalhavam ao longo do litoral, com a artilharia voltada para a cidade. Três torpedeiros tomavam a enseada de Botafogo para garantir a

ordem nas imediações. No Flamengo estavam o encouraçado Deodoro, que na véspera atingira a pedra da Urca com dois disparos de canhão para mostrar seu poder de fogo. Próximo ao porto na região da Saúde, o rebocador Dezenove de Fevereiro fazia manobras, acompanhado por duas lanchas cheias de armamentos. Todo litoral era vigiado por embarcações militares repletas de marinheiros com carabinas e metralhadoras. Em terra, praças do corpo da Marinha eram enviadas com armamentos pesados para tomar os postos próximos ao litoral, como a Gamboa e o Caix Pharoux. No dia em que se comemorava o 5º aniversário da proclamação da República, as forças militares se voltavam contra capital do país, por ordem direta do presidente da República e seus ministros¹¹⁷.

Vejamos agora, na visão d'*O Paiz*, a atuação da Marinha nesse mesmo cenário, fato destacado logo em sua primeira página com o título “Vaccinação Obrigatoria” e o subtítulo “Auxílio da marinha”:

[...] os navios e corpos da Marinha estão de prontidão [...] foi destacada uma torpedeira para guardar as barras da Cantareira. [...] Do Arsenal da Marinha partiu uma escolta do corpo de infantaria da marinha, para dispersar os desordeiros que incendiaram um bond da companhia Carris Urbanos¹¹⁸.

Certamente a Marinha atuou de maneira bem expressiva nas duas situações, ainda que em posições diferentes – em um momento, criticada pelo jornal e, em outro, exaltada porque voltara a defender o governo constituído. Assim, há uma ambivalência nas representações da Marinha que estão presentes no jornal, pois ora ela é apresentada de forma positiva e ora negativa. No entanto, há um fator em comum entre as representações: o jornal demonstrou muito mais medo das revoltas da armada e da vacina do que da rebelião dos marinheiros, ou seja, tinha mais medo dos possíveis caudilhos que do povo. O peso e a relevância de cada uma das revoltas demonstra o grau de importância com que o jornal dava ênfase ao impacto que elas poderiam exercer na sociedade e no país. À medida que os leitores d'*O Paiz* debruçavam-se sobre suas páginas, sedentos por informação, acabavam absorvendo justamente as ideias e os temores que rondavam a cabeça dos grandes grupos formadores de opinião da época.

4 A REVOLTA DOS MARINHEIROS DE 1910 NAS PÁGINAS D'O PAIZ

¹¹⁷ PEREIRA, L. A. de M. *As barricadas da saúde: Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 9.

¹¹⁸ *O Paiz*, 14 de novembro de 1910, p. 2.

4.1 As visões republicanas de uma revolta: Cidadania versus traços da escravidão – A luta de um grupo de marinheiros pelos direitos humanos.

O trabalho de análise da fonte, o jornal *o Paiz*, ocorreu através do reconhecimento de suas matérias, colunas e editoriais e possibilitou a escolha de uma filtragem das informações constantes nesse periódico, através da escolha de palavras importantes referentes aos marinheiros, à revolta em si ou ao governo. Através do método de trabalho de Koselleck¹¹⁹ foi possível compreender o modo de pensar que está no texto através da observação dos diversos significados de uma categoria, pois esse significado é apreendido observando-se a relação entre elas. A palavra não precisa necessariamente ser oposição e tampouco assimetria, uma vez que percebeu-se que o referencial de posição do periódico era um olhar republicano ao falar dessas categorias. Sabemos que “os editoriais são textos de um jornal em que seu conteúdo expressa a opinião da empresa, da direção ou da equipe de redação, sem a obrigação de ter alguma imparcialidade ou objetividade”¹²⁰. No contexto da “Grande Imprensa” da época em que o periódico circulava pela capital da república, os editoriais nunca eram assinados por pessoas em particular, com exceção das colunas que comentamos anteriormente, de grandes escritores, personalidades políticas ou literatos que muitas vezes eram convidados a escrever e emitiam uma linha de pensamento diferente do jornal. A partir da análise do editorial, percebe-se fortemente a presença em seu discurso da categoria ‘República’ para descrever o período novo da época.

Os republicanos do Rio de Janeiro associavam a república à maior representação política dos cidadãos, aos direitos e garantias individuais, à federação, ao fim dos regimes imperial e escravista e à igualdade de todos os cidadãos perante a “~~mãe~~ pátria”. Tendo uma postura muito ativa na propaganda e na edição de jornais, o movimento republicano ganhou suas raízes desde o final do Império e o seu ideal foi trabalhado durante a Primeira República, seja de forma consciente ou inconsciente. Buscou-se compreender o jornal no seu contexto de produção, percebendo se a linguagem política do período na conformação do seu discurso sobre a Revolta dos Marinheiros soava de maneira ambivalente.

Fazia parte desse rol de cidadãos republicanos o grupo de negros e mulatos, o qual formava quase a totalidade do efetivo dos navios rebelados na revolta dos marinheiros de

¹¹⁹ Koselleck, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 191.

¹²⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Editorial>

1910. Estes, por sua vez, eram em sua grande maioria filhos de ex-escravos que ganharam a liberdade no final do Império. Os participantes não queriam derrubar o governo, mas acabar com os maus tratos e a violência dos castigos físicos a que eram submetidos¹²¹, e essa não é a visão dada pelo posicionamento do jornal *O Paiz*, que na sua primeira edição sobre o movimento afirmou (através da coleta de testemunhos) achar que a revolta tinha uma filiação política, pensava-se na campanha civilista e no fato de ser obra da oposição¹²². Pelo fato do jornal se autoafirmar em quatro vertentes: independente, político, literato e noticioso, o mesmo procurava na última a veracidade dos fatos através de testemunhas ou documentos. Como era quase impossível no primeiro dia da revolta ter acesso direto aos marinheiros, a fonte de categoria mais fraca foi usada. A ordem testemunhal e a visão que se tinha da época ainda era a de que a Campanha Civilista não tinha cessado nem mesmo depois das eleições agitadíssimas do ano em questão. Pensava-se que a mesma poderia ter incutido ânimo nos “rebeldes”, denominação dada aos marinheiros pelo Jornal nesse primeiro momento, para que direcionados pela oposição pudessem promover uma nova “Revolta da Armada”¹²³. No entanto, ao final, foi identificado que esse grupo de marinheiros não servia a nenhuma elite política, estavam ali organizados, independentes, sem nenhum oficial no comando, em um plano que de acordo com o historiador Álvaro Nascimento¹²⁴ demorou dois anos para se concretizar. Esse plano se resumia na defesa de suas dignidades e dos direitos básicos que não eram só defendidos pelo novo regime, mas também por todos os países que se diziam civilizados.

José Murilo de Carvalho, em sua obra *Cidadania no Brasil*¹²⁵, desmembra a cidadania em direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Esses direitos civis garantem a vida em sociedade e são importantes no período em questão e pregados pela bandeira republicana, pelo menos formalmente. Os chamados direitos de primeira dimensão foram defendidos por esses marinheiros, hoje elencados na nossa constituição¹²⁶ como aqueles ligados ao valor da liberdade, são os direitos civis e políticos

¹²¹ FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 1995, p. 312.

¹²² *O Paiz* de 23 de novembro de 1910. p. 1.

¹²³ MARTINS, H. L. *A revolta da Armada – 1983*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

¹²⁴ NASCIMENTO, Á. P. do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

¹²⁵ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil – O longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2002.

¹²⁶ C.f. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

juntamente com os direitos sociais, os quais são chamados atualmente de direitos de segunda dimensão¹²⁷. A visão de como foram tratados esses direitos requeridos pelos militares, chamados muitas vezes pelo periódico de “revoltosos” e de “reclamantes”, ganhou uma conotação política durante os dias do movimento por parte deste mesmo jornal. Esse movimento contribuiu para uma análise entre sociedade e política que era desenvolvida naquela época: —acidade teve hontem, ao acordar, a dolorosa supresa da sublevação dos mais poderosos navios da nossa esquadra. Mesmo sem episódios sangrentos , que a tornaram **odiosíssima**, o simples facto da revolta bastava para levar ao espirito de cada brasileiro uma impressão de **magua**, de **vergonha**¹²⁸”.

Em suas primeiras colunas, *O Paiz* representou aquilo que ele dizia ser parte do sentimento vivido no dia anterior ao levante, ou seja, a visão do jornal dominou os sentimentos dos moradores da capital, sentimentos tais que denotam tristeza com o momento vivido. O uso dos termos “odiosíssima”, “mágoa” e “vergonha” em suas primeiras edições, mostram o primeiro sentimento criado por este periódico para a revolta que estava se iniciando. Essas palavras dão uma conotação negativa no início, uma condenação a uma causa desconhecida dos fatores que levaram os marinheiros a agirem daquela maneira. Existe por parte do periódico um questionamento implícito, uma vez que se desconheciam as causas dos marinheiros. Essas mesmas palavras se contrapõem às palavras “reclamação” e “justa”, publicadas no dia 27 de novembro de 1910¹²⁹. Tais palavras nessa edição denotam que o periódico não aprovava as ações da revolta, mas sim suas reclamações, as quais motivaram o movimento. A opinião do periódico sobre os marinheiros mudou logo após descobrirem o que realmente acontecia dentro dos navios da Esquadra. A Revolta que era classificada no início como um ato claro de insubordinação e condenada pelo uso da força bruta por parte marinheiros (para reivindicar seus direitos) ganhava agora outro tom nas últimas edições. Na coluna principal da primeira página do jornal, chamada “Atualidades”, identificamos no termo “reclamação” uma assimetria branda com a palavra “odiosíssima”, que havia sido publicada anteriormente, assim, as duas faziam referência clara à categoria “revolta”. Observamos essas questões na matéria do dia 27 de novembro, cujo nome era “A voz dos canhões”:

¹²⁷ NOVELINO, M. *Direito Constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Editora Método, 2009, p. 362.

¹²⁸ O Paiz de 24 de novembro de 1910. p. 1, grifos nossos.

¹²⁹ O Paiz de 27 de novembro de 1910. p. 1.

Abaixo a Chibata!!!! – Uma Reclamação **justa**, porém feito em **voz muito grossa!** [...] dada a situação difícil em face da sublevação dos marinheiros e sabendo os congressistas que eles o que visavam era serem atendidas algumas reclamações, aliás muito justas, resolveram pela maioria dos seus chefes em conferência enviar um emissário seu parlamentar com os marinheiros, e ouvir-lhes as **reclamações** para que o poder legislativo pudesse resolver a respeito¹³⁰.

Fica claro nesse trecho o reconhecimento do jornal em concordar com as causas dos marinheiros, pois na visão política essas causas eram fatores da cidadania. Essa mudança de termos no discurso mostra que as reivindicações dos marinheiros ganharam um porta voz nas letras do jornal *O Paiz*, que viu em suas reivindicações os direitos que a república tanto defende e assegura aos seus cidadãos. O próprio termo “reclamação” tomou o lugar de outro termo, muito usado pelo periódico no início da revolta: “insubordinação”, essa mudança marca um reconhecimento, uma legitimidade do periódico aos pedidos dos marinheiros: “Situação: os nossos leitores encontrarão, em seguida, os mais detalhados pormenores sobre os incidentes ocorridos no dia do hontem, que se prendem a **Insubordinação** da marinhagem dos nossos grandes e poderosos navios de guerra¹³¹”.

Essa oposição entre insubordinação e reivindicação é importante, pois quando o jornal se refere ao fato como insubordinação, está colocando ênfase na condição militar dos marinheiros. Quando o jornal se refere ao fato como reivindicação, está dando ênfase aos marinheiros como cidadãos, está vendo sua movimentação como expressão da “questão social”:

Mas a isto foram levados pelas conseqüências irresistíveis da situação em que se tinham collocado, pelos desvios a que se tinham arrastado, na **reivindicação** de algumas pretensões nas quaes não se poderá deixar ele reconhecer o caracter de um verdadeiro direito. As reclamações capitaes existentes, na base desse movimento, correspondem a necessidades irrecusáveis¹³².

Percebe-se nessa oscilação de conceitos um ajuste que está na representação deste periódico. O mesmo mostra que os marinheiros ora são vistos como atores sociais que estão dentro do Estado e ora como se estivessem dentro da Sociedade. Assim, o movimento em si não tinha o cunho político de revolta pra tomar o poder, mas é uma reivindicação política porque mostra a defesa dos ideais de como se ver o cidadão. As lutas políticas têm reponsabilidade de policiar e gerir as relações sociais, resolver os problemas, principalmente das pessoas que se dizem cidadãos. E é justamente isso o que esse grupo de marinheiros está reivindicando: um papel

¹³⁰ O Paiz de 27 de novembro de 1910. p. 1, grifos nossos.

¹³¹ O Paiz de 24 de novembro de 1910. p. 1, grifo nosso.

¹³² O Paiz de 25 de novembro de 1910. p. 1.

nessa comunidade, um reconhecimento dos direitos políticos; e é muito difícil separar os direitos políticos das instituições, pois as questões políticas muitas vezes estão relacionadas às questões sociais, o limite entre ambas é muito tênue – se se pode falar em limite. A escravidão, por exemplo, é um problema político, mas ao mesmo tempo é uma questão social porque quando o escravo deixa de ser propriedade privada, ou seja, quando o negro é libertado da mão do seu senhor (uma entidade privada), ele passa para a categoria de cidadão e assim passa a ser uma preocupação do poder público. O que se observa é que a categoria cidadão é uma das reivindicações centrais do que é ser cidadão, por isso o jornal encampa essa ideia e a acha justa. As reivindicações dos marinheiros são reconhecidas agora como direitos próprios do homem, expressos na república e que deveriam ser assegurados pelo Estado. O tom de agressividade colocado anteriormente começava a ganhar uma mudança de rumo, retirando dos marinheiros suas críticas e deixando para estes elogios, pois “a causa é justa”, mesmo que sendo feita em “voz muito grossa”, ou seja, com o emprego da violência que não era apoiada pelo regime republicano.

A partir do que foi dito, havia uma necessidade do periódico em mostrar que não compartilhava com nenhum ato de violência, e isso era claro em suas páginas. Para o mesmo, a República era o regime criado para trazer a prosperidade e o progresso, e condenava a prática de velhos costumes, cujo maior exemplo são os traços de escravidão, os quais predominavam na forma da “chibatada” como castigo por faltas cometidas nos principais navios da Armada. O próprio *Paiz* trouxe em suas páginas palavras fortes como a categoria “escravidão”, nessa parte, o periódico faz uma reflexão e dá conselhos ao poder público sobre a situação dos marinheiros, tratados não como cidadãos, mas como escravos. A escravidão era o mal que deveria estar extinto, pois o mesmo corrói a alma não só do próprio escravo, mas de todo aquele que aceitasse esse regime nefasto: “acostumando a não chibatar os seus comandados, habitua-se a medir o que pedem; habitua-se a não se exceder ao que lhe cumpre; habitua-se a governar-se para saber governar; habitua-se a poder ser chefe sem ser escravo. A escravidão começa por desmoralizar o aviltar o senhor, antes de desmoralizar e aviltar o escravo”¹³³.

A persistência desses traços de escravidão na Marinha Brasileira causou um mal estar tremendo no periódico em questão. *O Paiz* demonstrava perplexidades por aquelas informações oriundas do deputado José Carlos de Carvalho, que intermediou as negociações

¹³³ O *Paiz* de 25 de novembro de 1910.

da rendição dos marinheiros com o governo. Essas informações dadas pelos marinheiros amotinados¹³⁴ foram expostas pelo deputado e ganharam todo o furor nas páginas do jornal. E embora tenha sido no Império que ocorreu a abolição da escravatura, para o jornal o responsável pela libertação dos escravos teria sido o próprio regime republicano. É fácil perceber em suas páginas como ele enxerga esse regime de liberdade enquanto obra da República, logo, não deveria ser quebrado por uma instituição como a Marinha:

Para o marinheiro a hora da redempção não soou ainda. Tratam-no como escravo, como um ente à parte, de natureza perigosa, sem dignidade humana. A República extinguiu os castigos corporaes, mas a chibata e o calabrote são aparelhos de correção manejados a cada instante. Fartos a desesperar uma satisfação ás suas queixas, elles reagiram violentamente por fim. E, de certo, uma vergonha atrás esse acto de indisciplina. Mas, os responsaveis por essa tristeza são todos que, podendo modificar esse estado de coisas, nunca tiveram a coragem de lhe pôr um termo¹³⁵.

Nessa citação percebemos a crítica ao próprio governo republicano, pois não foi capaz de restituir a esses marinheiros, cidadãos republicanos, os direitos básicos que eram defendidos pela primeira constituição do novo regime. A visão político-republicana desse periódico transcendia até mesmo o tempo. O Antigo Regime simbolizava o que havia de mais arcaico, lembrava a escravidão, enquanto a República era colocada como a grande salvadora, aquela que transformou esses ex-escravos e filhos de escravos em cidadãos; era assim representada como a grande libertadora desse grupo, aquela que trouxe uma igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática¹³⁶. E os marinheiros, por sua vez, pareciam ter compreendido todo o processo e procuravam sair ilesos daquela situação com suas reivindicações atendidas. “Já haviam exposto à imprensa, aos políticos e à própria população em geral suas reivindicações, mas não só isso: essas mesmas reivindicações foram entendidas como justas, direitos de qualquer ser humano¹³⁷”. Esses mesmos marinheiros entendiam o significado da categoria “Cidadania”, pois em alguns dos seus manifestos usaram essa prerrogativa para requerer aquilo que tinham direito, segundo as leis do regime republicano. Na passagem abaixo, o exemplo claro do termo “cidadão” demonstra que eles tinham uma consciência política:

¹³⁴ NASCIMENTO, Á. P. do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008. p. 45.

¹³⁵ O Paiz de 26 de novembro de 1910. p. 1.

¹³⁶ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 53.

¹³⁷ NASCIMENTO, Á. P. do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008. p. 51.

Os marinheiros revoltados redigiram os seguintes manifestos, com os quaes pretendem justificar o seu acto: "Ao povo e ao chefe da nação — Os marinheiros do Minas Geraes, do São Paulo, Scout Bahia, Deodoro e mais navios de guerra vistos no porto com a bandeira encarnada não têm outro Intuito que não seja o de ver abolido das nossas corporações armadas, o uso infamante da chibata que avilta o **cidadão** e abate os caracteres"¹³⁸.

Assim, esses direitos defendidos pelos marujos foram reconhecidos pelo jornal *O Paiz* e defendidos em suas páginas a partir do terceiro dia da revolta, esse fato é verificado a partir da mudança de discurso do mesmo. Esses marinheiros ~~“revoltosos”~~ passariam agora a ser conhecidos como ~~“reclamantes”~~ de seus direitos básicos, mas também reconhecidos por defenderem esses direitos como verdadeiros valores republicanos.

4.2 Revoltosos ou Reclamantes? A Situação Abordo e Fora do Encouraçado Minas Gerais

Este capítulo tem o objetivo de constatar concepções acerca da revolta através de representações construídas pelo jornal, que dizem respeito a seus participantes, aliados e oponentes governamentais. Na edição de número 9546¹³⁹, *o Paiz* começava a dar maiores detalhes sobre a revolta, revelando os bastidores dos acontecimentos que se passavam dentro e fora dos navios amotinados. As principais fontes de informação conseguidas pela imprensa da época foram o telegrama enviado ao Ministro da Marinha, pelos marinheiros, e o discurso feito pelo deputado José Carlos de Carvalho para a Câmara dos Deputados. O deputado havia estabelecido contato com os revoltosos a bordo do Minas Gerais e transmitiu as reivindicações e condições para o término do levante.

Em suas primeiras colunas, *O Paiz* representou parte do sentimento vivido no dia 23 de novembro de 1910, o qual na visão do jornal dominou o espírito público dos moradores da capital:

Hontem, a noite, às 11 horas, pouco mais ou menos, fomos surpreendidos com a noticia, que nos fora dada de Nitheroy, de que um navio da esquadra nacional disparara um tiro de canhão contra aquella cidade, danificando um prédio [...] Houve como era natural, pela cidade, o maior reboiço: os automóveis, os carros e os tilburys partiam em vertiginosa carreira para os arrabaldes, transportando

¹³⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1910. p. 1.

¹³⁹ *O Paiz*. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1910, p. 1.

passageiros receosos de que a cidade fosse alvos dos formidáveis disparos da artilharia dos navios das guarnições que se insubordinaram¹⁴⁰.

A reação das pessoas ao levante¹⁴¹ foi de medo, pois não era a primeira vez que o Rio de Janeiro passava por aquela situação, o mesmo cenário já havia sido palco de duas revoltas que haviam mobilizado e ao mesmo tempo paralisado toda aquela cidade. As revoltas da Armada e da Vacina certamente ficaram na memória de muitos cidadãos dessa capital e foram justamente essas lembranças que causaram todo o temor. Por parte do governo tinha-se medo do desconhecido, pois poderia ser uma tentativa de mais uma vez tomar o poder, uma revolução contra as instituições republicanas promovida pelo caudilhismo, como foi na Revolta da Armada. Na passagem a seguir se verifica a posição do jornal quanto a esses tipos de revoltas promovidas no passado contra as instituições: —~~na~~ esta de resto a tradição do Paiz, que se glorifica de ter sido o mais intrépido e leal dos auxiliares de Floriano na defesa da legalidade affrontada pela rebelião naval¹⁴²”.

Na edição do dia 25, uma notícia começa a mudar o foco das críticas à revolta e mudou em prol dos marinheiros. O maior jornal que apoiava o marechal Hermes da Fonseca, *O Paiz*, demonstrava constrangimento provocado pelas informações do deputado José Carlos de Carvalho, e que foram expostas com todo furor pelos marinheiros amotinados:

[...] só na presença de tais fatos [...] se lembram os responsáveis pela direção da República, de analisar o fundamento de velhas reclamações e de repetidas queixas apresentadas pela maruja e pelos inferiores da armada. O Congresso tem votado aumento de vencimentos para a oficialidade, dando-lhe toda a espécie de garantias e tem-se desinteressado, em absoluto, pela sorte dos humildes praças de pret, cujos exíguos soldos são conservados sem alteração e a quem nem ao menos se dá o conforto da alimentação e do descanso devidos a todo o ser humano e a todos os que trabalham. [...] Esta iníqua situação é agravada pela insuficiência de pessoal a bordo dos navios, triplicando o trabalho das respectivas guarnições e agravada mais cruelmente ainda pelo rigor com que esses infelizes são tratados, sujeitos a castigos corporais de uma desumanidade que indaga a todos os corações bem formados, como ainda hontem foi provado pelo depoimento do Sr. José Carlos, que trouxe para

¹⁴⁰ O Paiz. Rio de Janeiro, de 23 de novembro de 1910, p.1.

¹⁴¹ Os marinheiros ousaram reivindicar seus direitos, os quais compunham um projeto de melhoria das condições de trabalho e de carreira; retirar os códigos militares relativos aos castigos físicos, desligar oficiais que se excediam na aplicação desses castigos corporais, fornecer educação técnica, evitar o excesso de trabalho através de uma tabela de distribuição de serviços e aumentar seus vencimentos, esse conjuntos de reivindicações nasceram segundo o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, da experiência cotidiana que viviam esses marinheiros em suas embarcações. Essas reivindicações foram levadas ao congresso pelo deputado José Carlos de Carvalho, um capitão de mar e guerra da reserva, um homem que o jornal *O Paiz* apresenta como homem de —confiança do governo”.

¹⁴² O Paiz. Rio de Janeiro, de 27 de novembro de 1910. p.1.

terra um marinheiro do Minas Geraes, com as costas em carne viva, horrivelmente torturado pela applicação de açoites, attestado deprimente dos processos disciplinares empregados a bordo dos nossos vasos de guerra¹⁴³.

O jornal deixava claro ter benignidade pelos amotinados e pelos males sofridos, mas advertia que não poderia a nação ceder às suas reivindicações sob ameaças de terror provocadas pelos canhões. O governo era chamado a tomar providências para garantir a segurança da população da capital, sem evidentemente ceder aos revoltosos sob um clima de terror que provocaria um descrédito da nação com os países do exterior.

Grande parte das noticias descritas no jornal *O Paiz* vem da narração dos acontecimentos feitos por este homem, José Carlos de Carvalho, o qual teve contato direto com o líder da Revolta, o marinheiro João Cândido, o qual foi apresentado pelo jornal em um tópico criado à parte: “Os Chefes do Motim?”. Abaixo há a descrição minuciosa feita pelo jornal do líder da Revolta dos Marinheiros de 1910:

O chefe do motim é o marinheiro de 1º classe João Cândido, que assumiu o commando do Minas Gerais. É um homem alto, moreno. Usa bigode e pequeno cavanhaque. Já cheffiou há três annos uma revolta a bordo do Tamandaré, quando esse cruzador seguia em exercicio para Bahia com outros navios da esquadra. Era, então cabo. Respondeu o conselho, sendo mais tarde posto em liberdade. Rebaixado a marinheiro, João Cândido fez uma viagem de instrucção no Benjamin Constant seguindo depois para a Europa com a guarnição do Minas Gerais, da qual fez parte¹⁴⁴.

Nessa viagem para a Europa, João Cândido teve contato com marinheiros de outras nações, como da Inglaterra, que teriam passado pelos mesmos problemas. A experiência de como esses homens lidaram com essa situação agradou aos ouvidos de João Cândido, e a partir do contato com esses marujos nasceu a ideia de não aceitar mais aquelas situações deploráveis às quais a Marinha Brasileira os submetia. Os outros líderes dos navios amotinados foram Francisco Dias Martins, no Scout Bahia; Manuel Gregório do Nascimento, no encouraçado São Paulo; e o cabo José Araújo, no encouraçado Deodoro¹⁴⁵. Eles comandaram durante os quatro dias da revolta os “Vasos de Guerra”, demonstrando grande

¹⁴³ *Idem*, *ibid.*.

¹⁴⁴ *Idem*, *op. cit.*, p. 2.

¹⁴⁵ MARTINS, H. L. *A revolta dos marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/Ed. Nacional, 1988, p. 40.

capacidade de organização, disciplina e conhecimento náutico. Diversos repórteres elogiavam as habilidades e o grau de profissionalismo com que esses marinheiros manobravam os poderosos e modernos navios da Armada, sem a liderança de um oficial. Como afirmava Gilberto Amado, então colunista do jornal *O Paiz*, “o marinheiro João Cândido era um profissional que sabe a sua profissão e que não precisou de cursos nas escolas, de viagens às capitais européias e nos salões elegantes do mundo para manobrar com uma habilidade milagrosa”. Na verdade o colunista desconhecia o fato de o marinheiro João Cândido ter feito várias viagens ao exterior inclusive se especializado na arte da navegação.

Assim, quando amanheceu o dia na Baía de Guanabara, o Rio de Janeiro viu um novo senhor da capital Federal: João Cândido, um simples marinheiro que tinha mais poder de fogo do que o Ministro da Marinha e o Presidente da República juntos, com todo seu exército. Edmar Morel relata que os maus tratos a bordo nivelaram a todos. O clima era propício para uma revolta, pois faltava um chefe. E este surgiu na figura de João Cândido, cuja primeira viagem, como aprendiz-marinheiro, ocorreu no transporte de guerra Ondina na revolta da Armada contra Floriano Peixoto. Os acontecimentos de 1893, quando João Cândido tinha apenas 13 anos, marcaram profundamente o espírito daquele jovem, criado nos pampas como um potro bravio. Sua liderança foi alvo de discussão para diversos autores, todos fazem referência a essa capacidade que teve de manobrar um navio de guerra tão possante como o Minas. Na verdade, ainda na obra de Edmar Morel, é revelado que o marinheiro tinha uma intimidade antiga com esse encouraçado, pois foi ele mesmo que o recebeu nas fábricas inglesas de *New Castle* e o conduziu com seus companheiros, passando pelos Estados Unidos, rumo ao Brasil em abril de 1910:

Já como marinheiro de primeira classe seguiu para Europa no Benjamin Constant a fim de assistir à construção final do Minas Gerais, acompanhando-o na viagem inaugural aos Estados Unidos, onde a belonave comboiou o cruzador norte-americano North Carolina, que trouxe os despojos de Joaquim Nabuco, falecido em Washington, em 17 de janeiro de 1910, como embaixador do Brasil, depois de uma vida inteiramente dedicada à causa pública, inclusive à Liberdade dos Escravos. O Minas Gerais deixou o North Carolina fora da barra e seguiu para a ilha Grande, a fim de receber a necessária limpeza e entrar, triunfalmente, na Guanabara, dias depois¹⁴⁶.

¹⁴⁶ *Idem*, op. cit., p. 69.

Na imprensa, alguns dias depois e em outras publicações, o jornal *O Paiz* tentou mudar essa imagem de liderança de João Cândido para outra opinião. Não se sabe se por pressão de seu chefe João Lage, ou por mudança repentina de opinião. O fato é que o redator Gilberto Amado escreveu na mesma coluna em 27 de novembro de 1910, no término da revolta, que João Cândido era “o comandante da esquadra rebelada, que fora um homem que violentou a História¹⁴⁷”. Mesmo que alguns colunistas *d'O Paiz* elogiassem João Cândido, as notícias principais o condenavam e tentavam provar que o marinheiro não era um Almirante na arte da navegação, elas mostravam que as grandes manobras desenvolvidas pelo Minas Gerais eram obras de oficiais maquinistas presos e ameaçados de morte:

Assumi a chefia do movimento o marinheiro de 1º classe João Cândido, que mandou intimar os machinistas que estavam abordo, sob pena de morte, a porem as machinas em movimento dentro de meia hora. Em obediência a esse ultimatum dirigiram-se para o compartimento das machinas o 1º tenentes José Gomes do Couto e Antônio Daniel Mendos Filho e o sub-machinista Mathias Bittencourt de Carvalho, que cumpriram as ordens recebidas, pois em pouco o "Minas" estava em movimento¹⁴⁸.

Mas ao ser muito detalhista no noticiário, *O Paiz* acabava revelando nos relatos de outros colunistas, nesta mesma edição, que os marinheiros tinham aptidões técnicas excelentes para náutica, pois sabiam manusear os aparelhos de navegação. Ou seja, o jornal se contradizia ao tentar ser muito minucioso e acabava revelando que os maquinistas não operaram os navios sozinhos, contando sim com ajuda, seja na parte técnica ou na navegação, afinal, “o marinheiro João Cândido escolheu entre os seus companheiros os melhores conhecedores dos diversos aparelhos, encarregando os mesmos de dirigi-los, conforme as aptidões¹⁴⁹”.

A figura do Almirante Negro foi ao mesmo tempo exaltada e demonizada por este periódico. Foi criada uma imagem nada condizente com o personagem épico que o jornal descreveu como “o árbitro de uma Nação de 20 milhões de almas”, fazendo alusão ao poder constituído em suas mãos e que se fazia presente pela ameaça de bombardeamento da cidade. Esse personagem teve um destino triste, pois foi preso, sofreu maus tratos e o fizeram passar

¹⁴⁷ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994, p. 329.

¹⁴⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1910, p. 2.

¹⁴⁹ *O Paiz*. Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1910, p. 2.

como louco, sendo então desligado da Marinha e morreu pobre nas ruas do Rio de Janeiro no dia 06 de dezembro de 1968.

Outro personagem que foi destaque das primeiras páginas desse periódico e foi exaltado como herói foi o comandante do Minas Gerais, Capitão de mar e guerra, Batista das Neves, o qual morreu na luta contra os marinheiros pelo controle dos navios. *O Paiz* deu destaque a esse personagem com uma foto do mesmo de perfil e fardado, foi a única imagem dessa edição¹⁵⁰, dando peso ao fato de os navios estarem realmente nas mãos dos rebeldes e colocando Batista das Neves numa posição de mártir da República, uma vez que ele foi o último militar a lutar para manter o controle e a disciplina no navio, impedindo aquele triste episódio. O jornal novamente criticou a ação dos rebelados, principalmente pelas mortes dos oficiais e representou um clima de insegurança devido ao fato de os poderosos navios estarem nas mãos de marinheiros, sem a presença de um oficial a bordo:

Allegando que o soldo é escasso, que o trabalho é excessivo que estão expostos á degradação dos castigos corporaes, esses homens rebelaram-se allucinadamente, victimaram o bravo e illustre commandante do Minas, mataram e feriram outros officiaes e ameaçam-nos de descarregar sobre a cidade os seus canhões, se o governo não acatar as sua exigências audaciosas. De certo a situação é gravissima. Sob o ponto de vista da segurança da cidade, a falta de officiaes a bordo, dominados pelo espirito de humanidade, com um certo cultivo de direito, dá à sedição um caracter intensamente inquietado¹⁵¹.

Verificamos aqui mais uma mudança no discurso *d'O Paiz*, pois no inicio ele tranquilizava a capital e quando descobriu se tratar de uma revolta de marinheiros comparou a mesma a uma situação de greve, no entanto, ao descobrir o poder de fogo desses encouraçados, o jornal deixou claro em suas páginas que o perigo era maior do que se pensava. Os poderosos navios estavam nas mãos de marinheiros desesperados que a qualquer momento, motivados pela paixão e pelo desespero, poderiam disparar contra a cidade, esse clima de terror provocado por essa possibilidade de bombardeamento foi descrito também nas páginas *d'O Paiz*:

[...] não deixou de haver quem aos primeiros rumores da revolta, tratasse prudentemente de acautelar o physico, fugindo os arrabaldes afastados. A Tijuca foi desses pontos e ás 6 horas da manhã, os hoteis e algumas casas particulares recebiam numerosos visitantes que, aquella hora procuravam accomodações, ou, melhor, abrigo para si. Automóveis passaram por aquellas ruas carregados de gente

¹⁵⁰ *Idem*, *ibid*.

¹⁵¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1910, p.1.

e de malas, e muitos que não puderam valer-se desse recurso, tomavam honradamente o bond¹⁵².

O medo era grande, pois os quatro navios mais poderosos da esquadra brasileira estavam nas mãos dos marinheiros, e o governo estava em desvantagem bélica em relação aos rebelados. Nessa edição, o jornal *O Paiz* descreveu cada um desses navios com suas peculiaridades e fizeram uma espécie de relatório sobre a situação abordo de cada navio da Marinha. No exemplo abaixo vemos uma descrição que o jornal fez sobre a situação do encouraçado Deodoro e em seguida o relato da situação do Vapor Carlos Gomes:

O couraçado "Deodoro" foi abandonado por sua guarnição. A' tarde os rebeldes fizeram guarnecer aquelle navio com gente do navio-escola Primeiro de Março. O "Deodoro" accendeu fogos, não conseguindo, porém, mover-se, devido o máo estado de suas machinas e caldeiras.¹⁵³
O vapor Carlos Gomes não adheriu ao movimento. Quando esse navio procurava retirar-se para o ancoradouro de São Bento fui intimado pelos navios revoltados a seguir outro rumo¹⁵⁴.

Percebemos que os noticiários tinham um caráter informativo da situação dos navios revoltados e dos que não aderiram ao levante, esses relatos vinham de fontes oficiais da Marinha e outros vinham do contato do parlamentar José Carlos de Carvalho. Alguns jornalistas mais audaciosos de outras folhas tiveram contato direto com os amotinados, como o repórter do Jornal do Comércio Júlio de Medeiros, o qual através de um bote conseguiu ir até o Minas e o São Paulo¹⁵⁵. As fontes eram compartilhadas e as notícias tratadas por um corpo de redatores de plantão do *Paiz*, que recebiam as notícias de empresas jornalísticas amigas como o Jornal do Comércio e as publicavam. Muitas dessas descrições sobre os navios da Marinha expostos na Baía de Guanabara foram aproveitadas pelo historiador militar Hélio Leôncio Martins¹⁵⁶, o qual informa como ficou a situação abordo desses navios dando uma visão de progressão da Revolta. Na obra de Edmar Morel, *—A Revolta da Chibata*”, em entrevista com o líder dos marinheiros, João Cândido, o mesmo informou:

Às 22h50m, quando cessou a luta no convés, mandei disparar um tiro de canhão, sinal combinado para chamar à fala os navios comprometidos. Quem primeiro

¹⁵² *Idem*, *ibid.*

¹⁵³ *O Paiz*. Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1910, p. 2.

¹⁵⁴ *Idem*, *ibid.*

¹⁵⁵ CHAGAS, C. *O Brasil sem retoque 1808-1964*. v.1: a história contada por jornais e jornalistas. Rio de Janeiro: Ed. Afiliada, 2000, p. 247.

¹⁵⁶ MARTINS, H. L. *A revolta dos marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/Ed. Nacional, 1988.

respondeu foi o "São Paulo", seguido do "Bahia". O "Deodoro", a princípio, ficou mudo. Ordenei que todos os holofotes iluminassem o Arsenal da Marinha, as praias e as fortalezas. Expedi um rádio para o Catete, informando que a Esquadra estava levantada para acabar com os castigos corporais.¹⁵⁷

Esse grau de importância das "fortalezas navegantes" foi representado nas páginas de *O Paiz* e várias bibliografias relatam que elas foram efetivas, causaram sentimentos como terror, apreensão, medo e insegurança na sociedade da época. O imaginário desses símbolos de poder nas mãos de pessoas que sempre foram expurgadas da "República Latifundiária"¹⁵⁸ causava uma situação de impotência nas autoridades. O jornal funcionou como uma espécie de tranquilizante da sociedade, e apesar de nem sempre procurar acalmá-la, seu papel foi fundamental para que o governo consolidasse sua comunicação social com ela, e teve também o papel de conselheiro ou informante. Nos exemplos aqui descritos, a maioria informacional, a ansiedade e a apreensão do cidadão carioca na época foram amenizados, pois os periódicos tiveram poder para representar seus anseios e desejos e conciliá-los com os da nação, em decorrência de serem o principal veículo gerador dessas informações.

Entre os mecanismos de dominação da sociedade brasileira da época, existia um foco nas questões de consolidação das instituições. Nos anos republicanos que se seguiram com o fim do florianismo no poder e a ascensão das oligarquias cafeeiras, a organização do aparelho militar, segundo o historiador Werneck Sodré, prosseguiu com o fortalecimento da Marinha, como órgão do poder central, começando a receber tratamento especial, não um tratamento que a tornasse o instrumento militar capaz de servir o país, mas um instrumento capaz de servir a determinada política interna, nesse caso as oligarquias que estavam no poder"¹⁵⁹. O papel tranquilizador do periódico em questão tinha foco nas instituições republicanas, e por isso a existência de uma ambiguidade em seu discurso, pois ora os valores republicanos não estavam bem de acordo com os gerentes da nação e ora não concordavam com a própria política oligárquica e federativa. Devido a isso, ao seu papel de mediador com foco nessa visão republicana de estado-nação, *O Paiz* não agiu com omissão ao revelar o caráter das reivindicações desses "revoltosos", que agora passaram a ser chamados de "reclamantes" pelo jornal¹⁶⁰. Este trabalho está mostrando que os dilemas e disputas da consolidação do Estado eram

¹⁵⁷ MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 223.

¹⁵⁸ SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

¹⁵⁹ SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979, p. 186.

¹⁶⁰ *O Paiz*, 25 de novembro de 1910.

mais importantes do que qualquer outra questão no período estudado. E os marinheiros estão nessa categoria de “reclamantes”, sendo ouvidos por terem no início usado a força. Fazer uma ameaça de bombardear a cidade, por mais que haja a categoria empregada pelo jornal de “violência”¹⁶¹, não deixa de ser uma reivindicação política, pois está levando a público essas reclamações. Assim, o governo passa a ser cobrado não só pelo periódico, mas pela grande maioria daquela sociedade carioca, fazendo com que a questão da anistia ganhe força nas páginas d'*O Paiz*.

4.3 Últimas manchetes: O clamor pela Anistia e o significado da preocupação com a imagem do país – Os dilemas da consolidação do Estado Republicano.

A defesa e a consolidação do regime republicano se deram na descrição e exaltação do histórico de paz, prosperidade econômica e progresso tecnológico que vivia a capital da 1ª República. Houve um período de estabilização republicana e o jornal a traz destacada nas suas páginas no dia da revolta. Abaixo, *O Paiz* traz um histórico dos primeiros anos republicanos e a sua preocupação com a imagem da República no Brasil e no exterior:

A Republica, de certo tempo a esta parte, principiou a rehabilita-se no conceito universal. Cessara o período de agitações civis, das disputas do poder á mão armada. Tinhamos posto cobro ás imprevidências orçamentárias, ao accumulo louco de déficits, aos desmandos administrativos de toda espécie. Entrara-se na via da recuperação intelligente das nossas energias econômicas. Organizáramos um aparelho de defesa financeira, que nos permittira equilibrar a situação do Thesouro, fazer frente aos compromissos externos, levantar o credito e proporcionar, emfim, ao governo os elementos para a assombrosa transformação da capital, o ampliamto das estradas de ferro, a construcção de portos, toda essa obra de actividade ingente e progresso constante que é o orgulho do paiz. Mais do que esses melhoramentos materiaes a Nação preza o seu bom nome, a fama da sua cultura politica. Nada nos lisonjeia mais do que o louvor prestado lá fóra á nossa educação republicana, ao nosso espirito de ordem, ao nosso sentimento de legalidade. Esse passado de turbulencias, em que, por felicidade nossa nunca o poder constituido da Republica soffreu o desar de uma deposição, incomoda-nós profundamente e todo o nosso desejo é reparal-o com a pratica continua do direito num ambiente de tranqüilidade absoluta. O modo por que se travou a campanha presidencial, sem um abalo da ordem publica, valeu por um brilhante attestado da nossa aptidão democrática, do nosso civismo, do nosso amor da liberdade, do nosso, zelo pelo credito e pela dignificação do regimen¹⁶².

Como se observa na citação acima, a reação do periódico em meio ao intuito de divulgar as notícias sobre a revolta dos marinheiros era de atentar para a estabilidade política

¹⁶¹ O Paiz, 24 de novembro de 1910.

¹⁶² O Paiz. Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1910, p.1

e econômica que se formava na república. Isso difere de uma tentativa conflituosa de perseguição a todo tipo de opositores do regime e do governo da época, como possíveis adoradores da monarquia, ou até mesmo os revoltosos e remanescentes florianistas. O jornal coloca na citação acima que a República havia passado por um período conturbado de agitações civis, de tentativas de tomada do poder e crises econômicas (como a do encilhamento), e agora, depois desse período conturbado, finalmente havia alcançado uma normalidade.

A Nação, de acordo com o periódico, prezava seu nome “lá fora”, para com os outros países, pois achava que possuía uma boa fama e não podia manchar o crédito que havia conquistado com os países civilizados¹⁶³. Esse crédito segundo o jornal é visto e apreciado pelo grande comércio que se realizava no porto do Rio de Janeiro, onde vinham navios do mundo todo para vender ou exportar matérias-primas, fato que desencadeou o episódio da Revolta da Vacina. No campo político, a referência lá fora era também em relação à consolidação das intuições republicanas. O jornal colocava que o Brasil precisava fazer frente aos compromissos externos e apontava os melhoramentos que a cidade havia sofrido nos últimos anos: como a reforma do porto, ampliação das estradas de ferro e das ruas.

A preocupação que o jornal nutria pela imagem divulgada era excessiva. Exemplo disso é um trecho no qual ele coloca sua preocupação com uma revolta anterior que fora liderada na capital do Amazonas por um oficial da Marinha, e a comparou com uma espécie de caudilhagem sul-americana:

Logo nos assalta o espirito a preocupação dos juizos que no estrangeiro se irão formular sobre esse estranho acontecimento, noticiado com cores negras, sob a fôrma de um caso agudo de caudilhagem sul-americana. [...] Só as almas mal formadas e sem nelindre patriótico, deixarão de sentir essa tristeza, esse vexame, essa dor¹⁶⁴.

O jornal coloca que nesta hora amarga o consolo é que não era um golpe de elite como aquele relatado em suas páginas e que aconteceu na região do estado do Amazonas. Como destacamos anteriormente, não era uma tentativa de tomada do poder e sim uma simples insubordinação interna, uma revolta de marinheiros. Na época se tinha mais medo de golpes de elite do que revoltas populares, pois aquelas eram mais eficazes e resultavam em estragos maiores para a tentativa de consolidação da República. No contexto das Américas, o

¹⁶³ *Idem*, *ibid.*

¹⁶⁴ O Paiz de 24 de novembro de 1910.

jornal apontava como exemplo claro o caudilhismo, pois o mesmo havia desfragmentado toda a América do Sul, principalmente o antigo Vice Reino do Prata. O medo era de que o grande território do Brasil se tornasse nesse contexto de revoltas mais um punhado de republiquetas:

Passam-se semanas e o povo acorda, uma bella manhã, assombrado com a noticia da insurreição naval. Logo nos assalta o espirito a preocupação dos juizes que no estrangeiro se irão formular sobre esse estranho acontecimento, noticiado com cores negras, sob a fôrma de um caso agudo de caudilhagem sul-americana. [...] Só as almas mal formadas, sem milindre patriótico, deixarão de sentir essa tristeza, esse vexame, essa dor. Não se trata, desta vez, de um pronunciamento politico. Bem certo é que mesmo nas desgraças ha ainda ás vezes um pouco de benevolência do destino. Ninguém, com responsabilidades na sorte das instituições, pela sua investidura official, pelo exercicio de um mandato popular, pela posição occupada no scenario da Republica, excitou a equipagem dos dreadnoughts á aventura de uma revolução. Vallia-nos, nesta hora amarga, esse consolo, que não é pequeno. Estamos simplesmente em face de uma sublevação de marinheiros, respeitavel só pela força aggressiva dos couraçados que tripulam¹⁶⁵.

O Jornal *O Paiz* deixa claro sua posição em favor do regime e sua preocupação com a imagem do país no exterior, desprestigiando nesse primeiro momento os marinheiros, como podemos ver na noticia acima. O jornal justifica não ser mais uma tentativa de tomada do poder como nas vezes passadas, conforme o exemplo visto no capítulo sobre a Revolta da Armada, mas sim uma simples insurreição de marujos insatisfeitos com seus problemas de origem social. Como colocamos anteriormente, na visão do mesmo periódico, no inicio o fato de parecer uma caudilhagem latino-americana, uma revolta de elite, traz grande preocupação, pois essas revoltas eram mais efetivas e mais objetivas. *O Paiz* nesse noticiário deixa claro que esse tipo de distúrbio “pelo alto” era mais temido do que a mobilização de pessoas do povo, o tom da notícia era o de que a sociedade podia ficar um pouco mais tranquila quanto aos marinheiros, pois não era uma revolta “respeitável”, isto é, não merecia medo. O jornal acrescenta ainda que as suas reivindicações só ganharam força e voz devido ao forte poder bélico que eles conseguiram usurpando os mais poderosos navios de guerra que a Marinha já possuiu. Nesse momento *O Paiz* se comporta numa posição igual a dos episódios da Armada e da Vacina¹⁶⁶, pois o regime de progresso e liberdade pregado pelo jornal em suas noticias destoava da realidade popular vivida pelos moradores do Rio de Janeiro. Como demonstra José Murillo de Carvalho, em sua obra *Os Bestializados*:

¹⁶⁵ O Paiz , 24 de novembro de 1910.

¹⁶⁶ Para mais detalhes do período consultar as obras *A revolta da Armada* de Hélio Leôncio Martins e *Barricadas da Saúde – Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro*, de Leonardo Affonso de Miranda Pereira.

Encontramos uma realidade diferente. Nossa República, passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo. Consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico. As propostas alternativas de organização do poder, a do republicanismo radical, a do socialismo e mesmo a do positivismo, derrotadas, foram postas de lado. A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, não apresentava as características da cidade burguesa onde se desenvolveu a democracia moderna. O peso das tradições escravista e colonial obstruía o desenvolvimento das liberdades civis, ao mesmo tempo em que viciava as relações dos cidadãos com o governo¹⁶⁷.

Carvalho em sua obra mostrou que as relações entre governo e cidadãos estavam estremecidas, o autor ainda vai mais além e mostra que houve um divórcio entre República e cidade, agravando a questão da cidadania e dos problemas sociais que a população vivia nesse período. Houve segundo o autor uma neutralização e repressão da mobilização política da população urbana, principalmente nos anos em que o governo impôs fazer da cidade-capital o exemplo de seu poder e de sua pompa, o símbolo perante a Europa de seus foros de civilização e progresso. Ainda segundo o autor, tudo isso convergiu para aumentar as diferenças sociais de grupos marginalizados pelas elites, como negros livres, ex-escravos, imigrantes, proletários e a classe média que aos poucos se encontraram num terreno comum de autorreconhecimento que não lhes era propiciado pela política.

Na última notícia descrita abaixo, vemos o papel conselheiro do jornal *O Paiz*, representando ao povo uma esperança no término da Revolta, e as atitudes que esperam dos revoltosos, como qualquer cidadão brasileiro com amor à pátria faria para vê-la engrandecida:

Como brasileiros, elles hão de sentir, passado o primeiro dia da exaltação, o que há de afflictivo e deprimente para Nação na permanência dessa revolta. E esperamos que, reflectindo no seu caso, restituaem ao povo da capital a tranqüilidade perdida com as ameaças de um bombardeio, que enchendo-nos de lucto, só os comprometteria para sempre, sob a maldição do Brazil inteiro¹⁶⁸.

Assim, o jornal atribuía a esses marujos o carácter também de cidadãos, de patriotas e uma esperança com isso era nutrida: a de que os mesmos não iriam atacar a cidade. E, ao mesmo tempo em que o periódico lutava pela anistia dos reclamantes, ele também se

¹⁶⁷ CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 161- 162.

¹⁶⁸ O Paiz. Rio de Janeiro, de 24 de novembro de 1910, p.1.

encarregava de justificar essa situação com os demais países e muitas vezes até limitava o envio de informações sobre o levante para os demais estados brasileiros e até mesmo para o exterior: —efi estabelecida a censura telegraphica,não sendo transmittidos para os Estados o serviço dos correspondentes communicando os factos referentes á insubordinação¹⁶⁹”.

Nesta edição do segundo dia da revolta, *O Paiz* mostrou a força do governo em seu presidente da República, pois a representação do marechal Hermes da Fonseca foi de um homem seguro de seus atos, com voz de comando, um militar do exército que estava ciente da situação e preparado para negociar com os revoltosos sem colocar a pátria num descrédito no exterior:

S. Ex. conferenciou reservadamente com os membros do seu gabinete, nada transpirando sobre o resultado da reunião. S. Ex. dirigiu-se logo para a sala dos despachos onde conferenciou com diversos chefes políticos e diversos membros do gabinete ministerial, nada transpirando do resultado dessas conferências. Constatou, porém, que o governo deliberara garantir a vida dos revoltosos desde que elles abandonassem a armas. O governo então apreciaria as reclamações dos marinheiros sublevados. Às 11 horas da manhã chegava ao palácio do governo o barão do Rio Branco, que até ás 11 1/2 conferenciou com o Sr. presidente da Republica¹⁷⁰.

Participando ativamente das reuniões com seus ministros, acompanhando todas as ações da Marinha e dos revoltosos, não deixando informações valiosas vazarem, o governo se viu na mão dos marujos, tendo como última opção conceder-lhes a anistia. De acordo com o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, o elemento surpresa parece ter sido o grande trunfo dos amotinados, repentinamente —as principais autoridades civis e militares se viram desarmadas e indefesas frente a um inimigo [...]”¹⁷¹”, assim, a realidade era representada pelo jornal de uma forma que diminuísse os ânimos e criasse uma confiança no governo, mesmo em meio ao caos e perigo de bombardeamento. Os marinheiros já saíram na frente vitoriosos no embate, muito antes de ele se tornar realidade, e conseguiram a anistia e o fim dos castigos corporais. Pode-se notar que diante das notícias expostas pelo *Paiz* aquelas que ganharam o brio e o apoio de sua redação foram os noticiários que estampavam as reivindicações dos Marinheiros.

¹⁶⁹ O Paiz. Rio de Janeiro, de 23 de novembro de 1910. p. 2.

¹⁷⁰ *Idem*, *ibid.*

¹⁷¹ NASCIMENTO, Á. P. do. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008. p. 31.

CONCLUSÃO

Nas folhas do jornal *O Paiz*, apesar de toda a preocupação com a consolidação das intuições republicanas, os marinheiros em um primeiro momento sofreram uma forte assimetria semântica em suas páginas, sendo denotados nos primeiros dias como revoltosos, insubmissos e rebeldes. No entanto, logo que os fatos vieram à tona, suas questões ganharam o reconhecimento deste periódico. Em especial porque as mesmas questões eram elencadas na formalidade como direitos republicanos, isso provocou uma mudança no discurso do

periódico, que através de um olhar político sobre esses marinheiros, viu que suas questões eram defendidas pela República e que nesse momento o grande inimigo era a lei da Chibata, que deveria ser excluída dos procedimentos de castigos da Marinha Brasileira.

Nos tempos de João Cândido e seus companheiros, questões como o racismo, a desigualdade social, a luta pela cidadania e os direitos humanos estavam ganhando corpo na sociedade brasileira. O regime republicano, apesar das heranças monárquicas, acenava para o surgimento de um novo Estado. Os direitos dos cidadãos foram aos poucos conquistados, principalmente por meio da aprovação de leis que os garantiriam a esse grupo de militares. Além disso, *O Paiz* passou a denominar esses marinheiros como cidadãos, reclamantes, brasileiros, gloriosos, e isso demonstra o reconhecimento de suas reivindicações, mas o mesmo jornal deixa claro o fato de não ter apoiado o ato considerado violento dos marinheiros.

A reação do jornal foi sempre política e percebeu a tempo de que lado estavam os revoltosos dentro dos conflitos internos que ocorriam na Marinha. Percebe-se que as reivindicações possuem um forte cunho pessoal, mas não eram contra a Marinha e sim a seu favor, pois era defendido que os direitos humanos eram comuns a qualquer cidadão deste novo regime. Esses, por sua vez, foram ligados à cidadania e essa ligada à república como um dos valores defendidos pelo jornal *O Paiz*. Com isso, a redação do jornal teve um componente de compreensão quanto às causas da revolta, pois mesmo no final condenando o ato de violência dos marinheiros, as suas causas ganharam forma: melhorias no serviço e do contingente; no lugar dos castigos físicos, houve educação para os infratores, os quais ganharam o reconhecimento de sua cidadania pelos esforços que demandaram em defesa dos valores da Pátria Republicana.

O jornal caracterizou-se por destacar a forma como se deu o motim e suas consequências. Defendendo num plano político a consolidação das instituições republicanas e trazendo para si e para vários grupos que viviam nessa sociedade um consenso desta ideia de república. Há em relação aos marinheiros uma revisão dos métodos disciplinares para com os mesmos, assim condenando a forma como a Marinha tratou os problemas externos da corporação, como a compra de novos encouraçados e deixando de lado os problemas internos, que tinha representação no próprio efetivo de praças. A questão colocada é cada marinheiro seria aquele que deveria ter formação técnica para trabalhar em navios de última geração; aquele que deveria ter um bom salário para poder suprir as necessidades dos familiares

quando estivesse viajando; aquele que deveria ser tratado da maneira como o jornal colocou: como cidadão republicano, e não mais sofrer com o castigo da chibata.

A revolta, portanto, ganhou grandes proporções neste periódico ligado em seu histórico ao partido republicano. Em suas páginas, a oposição entre insubordinação e reivindicação foi um dos elementos importantes de verificação de mudança de discurso. Essa oscilação conceitual é a contribuição central do trabalho: os marinheiros às vezes são vistos como agentes que estão dentro do Estado, no caso o militar, o marinheiro, e às vezes estão dentro da sociedade como cidadãos brasileiros, pais e filhos de família. Observa-se assim a existência de uma luta social para tentar separar o público do privado, uma tentativa de reconhecimento de suas reivindicações. E ainda existe a questão do medo de uma "oposição armada" de um grupo social revoltado que poderia querer assumir o poder no lugar do governo. Assim, o trabalho mostra que os dilemas e disputas da consolidação do Estado eram mais importantes do que qualquer outro fator no período estudado.

Muitas análises da revolta da chibata tratam-na a partir de uma abordagem social. Outras análises a abordam sob um ponto de vista racial, ou como um evento compreensível como um dos fenômenos próprios do período pós-abolição. Porém, neste trabalho, a revolta está sendo interpretada como um fenômeno político, como objeto de preocupações eminentemente políticas.

A partir do que foi aqui apresentado, as representações do jornal mostram que, da mesma maneira que a revolta em si não é um ato republicano, as condições às quais os marinheiros eram submetidos dentro dos navios também não eram defendidas pela república. A Revolta da Chibata é um acontecimento de suma importância na história nacional e que pode ser analisado e discutido sob diferentes ângulos. Tanto inserida no movimento mais amplo da evolução da política nacional, quanto por seu significado histórico, ou ainda por sua grande importância para o movimento de luta dos negros em particular. Foi um episódio de lutas internas do regime republicano em sua primeira etapa e teve no olhar do jornal *O Paiz* a visão representada desse evento em meio a um processo de tensões políticas que se davam nesse cenário.

Assim, a Revolta dos Marinheiros de 1910 nos ajuda a entender as dificuldades do processo de consolidação das instituições republicanas, inclusive na instituição "Marinha do Brasil", a qual sofria de uma grave crise que vinha dos seus antecedentes dos primeiros anos republicanos.

REFERÊNCIAS

Fonte Primária: *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, microfilmes dos anos de 1893 à 1910.

BARATA, A. Á. *A Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Revista Marítima Brasileira/ Biblioteca da Marinha, 1962.

CARNEIRO, G. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *Bravo Matutino, imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, J. M. de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 9. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1986.

_____. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Cidadania no Brasil – O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAGAS, C. *O Brasil sem retoque 1808-1964: a história contada por jornais e jornalistas*. Ed. Afiliada, Rio de Janeiro, 2000.

CARONE, E. *A República Velha – Instituições e Classes Sociais*. 4ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

DUARTE, L. A. F. *Imprensa e poder no Brasil – 1901/ 1915: Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã e a Federação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFGS, 2007.

EDMUNDO, L. O Paiz nos primeiros anos do século. In: -- *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1938.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1995.

GUILLOBEL, R. de A. *Memórias*. s. Ed., 1973.

GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

KRIPPENDORFF, K. *Metodologia de análise de conteúdo: teoria e prática*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MOLINA, M. M.. O Paiz – Um Jornal de Aluguel. In: Revista Valor Econômico. Rio de Janeiro, 2ª ed. Globo Livros – Coleção Livros de Valor, 2007.

MARTINS, H. L. *A revolta dos marinheiros, 1910*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/Ed. Nacional, 1988.

_____. *A revolta da Armada – 1983*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1997.

MARTINS, A. L. *República: um outro olhar*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

NASCIMENTO, Á. P. do. *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. *Cidadania, Cor e Disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

ORLANDI, E. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Ed. Pontes, 2005.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. *La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PEREIRA, L. A. de M.. *As barricadas da saúde: Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

PESSANHAA, S. da S. *O Paiz e Gazeta Nacional. Imprensa Republicana e Abolição. Rio de Janeiro (1884-1888)*. Tese de doutoramento em História. Niterói: UFF, 2006.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

_____. *História Militar do Brasil. Rio de Janeiro*. Ed. Civilização Brasileira, 1979.

SCHIAVON, C. G. B. *História, Imprensa, discurso e representação: das revoltas republicanas ao Golpe do Estado Novo*. Rio Grande: Ed. Pluscon, 2010.

SOBRINHO, B. L. *O Problema da Imprensa*. São Paulo: Ed. Com Arte, 1988.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Brasília: Brasiliense, 1983.

APÊNDICE

Citações importantes do Jornal O PAIZ:

Posição política do jornal quanto a Revolta da Armada.

07 de setembro de 1893:

REVOLUÇÃO

“A revolta contra a sua autoridade, exercida até agora dentro da esphera constitucional, torna-se por isso mesmo uma revolta não contra a sua pessoa exclusivamente, mas contra os poderes políticos da Republica perturbados no seu funcionamento, ameaçados nos seus esteios fundamentaes por essa indisciplina sediciosa, que no seu bojo contém a negação anarchica dos principios de legalidade e ordem base de toda a sociedade policiada e culta.[..]. Um máo fado está pesando sobra a Republica, cavada nos seus alicerces e prejudicada na sua marcha de evolução e progresso pelas ambições desmedidas de uns e pelos desacertos de muitos. O movimento que acaba de explodir tem o caracter de uma aventura do caudilhagem, não apresenta mais do que a superposição da vontade arbitraria, de uma minoria, sem mandato do povo, ao concurso dos poderes constituídos da Republica, aos órgãos da soberania nacional”.

Debate sobre o fim do recrutamento forçado nas forças armadas.

05 de fevereiro de 1900:

A REBATE

–Hontem ficamos na questão do voluntariado e do serviço militar obrigatório; mostramos dois graves inconvenientes do primeiro e a dificuldade do segundo, por causa da nossa índole e da tal ou qual servidão que ele crea para homens livres n’um paiz livre.[...] o artigo constitucional determina o serviço militar obrigatório, está logo adiante, nos §§ 3º e 4º do art. 87, que dizem: § 3º fica abolido o recrutamento militar forçado, e mais clara e expressamente no § 4º: o exercito e armada compor-se-hão pelo voluntariado sem premio, e em falta deste pelo sorteio, previamente organizado.”

Relatório sobre a Industrialização do Brasil na 1º República.

30 de abril de 1901:

EMPRESA INDUSTRIAL BRAZILEIRA

“Publicamos em outra secção d'esta folha o importante relatório da Empresa Industrial Brasileira, relativo ao anno do 1900. Toda a gente sabe como em geral são feitos estes relatórios, redigidos com o único fim de cumprir com as disposições da lei das sociedades anonymas, sem a precepuação de esclarecer e orientar os accionistas e o publico em relação no estado real da sociedade a que so referem, lendo em vista muilas vezes, mediante uma ácrobacia phantastica de cifras incompreensíveis, encobrir a verdadeira situação em que elas se acham. Bem avisados andaram ns directores da Empresa Industrial Brasileira, orgonizando um relatório e um balanço do tal modo minucioso e circunstanciado, que qualquer pessoa, por menos versada que seja em assumptos de escripturação mercantil, poderá orientar-se com segurança e fazer um juizo exacto da situação da importante empresa, a que o Brazil deve grande parte do seu desenvolvimento industrial. Nesse importante documento são expostas com toda a lealdade as difficuldados que a Empresa Industrial tem atravessado, os prejuizos que tem sofrido, a depreciação que tem tido grande numero do valores do seu activo, mostrando quaes as causas que os produziram. Apesar da temerosa crise que lemos atravessado, a Empresa Industrial realizou no anno passado um lucro brulo superior ã 4.700, contos, podendo com essa responsavel cifra fazer face aos enormes prejuizos sofridos limpando, na sua carteira de todos os créditos mal parados o fazendo umn redinção formidável no valor dos tilulos destia propriedade, que mais tarde, quando melhorarem as condições da praça, dará margem, pela valorização dus mesmos títulos a consideráveis lucros.

O jornal acusa a oposição governamental de incitar a Revolta da Vacina.

13 de novembro de 1904:

TRISTE DECEPÇÃO

–Não estamos senão em face de uma baixa exploração política, esse factos nol-a dariam é concludentíssima. A allegação de que o povo se rebella contra a lei da vaccinação é evidentemente um simples recurso para mascarar o intuito dos que estão procurando leval-o a rebellião, em seu proveito pessoal. O que effectivamente provocou os mais decididos protestos da opinião pública, foi, não a lei, mas o que se publicou como sendo o projecto do regulamento. (...) essa tranqüilidade, porém, não estava na conveniência dos que, movidos por ambições ou por despeitos, aspiram lançar o paiz nos azares de uma guerra civil. No dia em que o Sr. Lauro Sodré, enterrando todo o seu passado de moderação e de calma, desceu do pedestal a que se havia guindado para pregar a revolução numa reunião popular, não faltou que acreditasse que estava feito um pronunciamento. Os mais precavidos e optimistas recusaram-se a admitir que um homem de tamanhas responsabilidades passadas e actuaes, um homem conhecido por sua moderação, por seu espírito afeito a doutrina de uma escola conservadora, pelas manifestações reiteradas de apego a ordem, renunciasse a tudo isso para se tornar um mero promotor de arruaças.”

Atuação da Marinha na Revolta da Vacina.

14 de novembro de 1904:

–Para a estação da companhia Carris Urbanos, na rua Marechal Floriano, foi enviado, a pedido do Dr. Chefe de polícia, um destacamento de 60 marinheiros [...].”

Programa naval da Marinha – Projeto de compra dos novos encouraçados

04 de maio de 1906:

“A autorização contida no art. 7º § 1º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro do anno findo, para começo de execução do programa naval de 14 de dezembro de 1904, veiu atender a uma exigência do paiz, satisfazendo a justa aspiração da nossa marinha.”

A questão da abolição.

13 de maio de 1906:

–A escravidão foi uma dessas crises terríveis e dolorosas que um individuo, como um povo, só suporta em um estado de inconsciência, consequência mesma do próprio desequilíbrio mórbido[...] Bendito o esquecimento! Dessa coisa inarrável que foi a escravidão, as gerações novas não têm senão uma idéia vaga, traduzida em um anathema jurídico, em uma condenação social; e os antigos, os que sentiram na pelle o contacto dessa lepra, os que vibraram de piedade, de dor ou de revolta sob a sensação dessa dor funda, esquecem, vão esquecendo, esqueceram já o mal que passou....”

Marinheiro levado ao Conselho de Guerra e o Futuro presidente da república acompanhando um exercício militar de praças do exército -- praças e oficiais na mesma coluna em situações distintas.

06 de junho de 1906:

–FORÇA PÚBLICA

Marinha

Na auditoria de marinha reúne-se no dia 19 do corrente anno, às 11 horas da manhã, o conselho de guerra a que responde o marinheiro Adhemar Eugenio Rondel.

Guerra

O General Hermes da Fonseca, comandante do 4º districto militar, acompanhado do major[...] . A convite do Cel Bittencourt o general Hermes assistiu ao exercício de tiro ao alvo por uma turma de praças.”

Questão Vital - O soldado de dois anos.

09 de junho de 1906:

–A grande objecção que tem sido formulada contra redução do tempo de serviço, consiste na afirmativa de que senão ó de formar um soldado em dois anos..[...] A reorganização do exército é uma questão que deve ser repensada em suas formas de recrutamento e há de ser posta continuamente em cheque...”

Oficial perdoado e marinheiro sentenciado.

20 de junho de 1906:

“O soldado Juliano da silva foi o que nos referíamos a dias foi ao seu comandante do 15º batalhão pela manhã, pedir fardamento, deixando de ser atendido por está muito alcoolizado, Juliano foi recolhido ao xadrez.”

A chegada do encouraçado Minas Gerais vindo da Inglaterra foi marcada por grande emoção patriótica.

18 de abril de 1910:

“A expressão dessas salvas, feitas primeiro à terra cara da pátria, e depois aos pavilhões das nações estrangeiras e amigas, fez-se também forte, sonora e cheia no coração de todos os brasileiros, que, por sua vez, saudavam no vulto de aço do Minas Gerais, o Brasil novo, opulento e poderoso que vai na sua rota de progresso e civilização com a mesma galhardia com que o primeiro dos dreadnoughts do mundo entrou nas águas espelhantes da Guanabara.”

Defesa do jornal junto aos opositores do novo governo que venceu a Campanha Civilista nas eleições de 1910.

01 de novembro de 1910:

“Analisando o futuro ministério do Marechal, escreveu-se hontem que ele era perigosamente partidário. Começou-se a perceber que o termo partidário, aplicado ao governo, que sae da campanha renhidíssima, não o prejudicaria, de modo algum, perante a opinião pública sensata e independente do paiz. Toda gente louvou o ministério pelo espírito de liberdade e moderação dos illustres brasileiros que o compõem.”

O jornal relembando as Revoltas da Armada e da Vacina e representando uma visão do

povo carioca que mais uma vez vive um cenário de revolução nas águas da Baía da Guanabara.

24 de novembro de 1910:

“O povo carioca habituou-se innegavelmente nesse decurso de tempo e com as perturbações publicas que se tem repetido, ás demonstrações da força, mesmo indisciplinadas; pelos timoratos, algumas poucas dezenas, houve uma população quasi unanime que cominuou normalmente a sua vida e uma porção de gente ainda que se foi agglomerar ao longo da avenida Beira Mar e no cães Pharoux, para assistir aos movimentos dos navios rebeldes.”

Segundo telegrama dos marinheiros endereçado ao Presidente da República, onde os mesmos expressam a subserviência aos poderes constitucionais, retornando a legalidade.

25 de novembro de 1910:

“Exmo. Sr. Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República – Arrependidos do ato que praticamos em nossa defesa, por amor da ordem, da justiça e da liberdade, depomos as armas, confiando que nos seja concedida anistia pelo Congresso Nacional, abolindo como manda a lei o castigo corporal, aumentando o ordenamento e o pessoal, não importa, para que o serviço de bordo possa ser feito sem nosso sacrifício. Ficamos a bordo obedientes às ordens de V. Ex. em quem muito confiamos – Os Reclamantes.”

Fim da Revolta dos Marinheiros de 1910 e reconhecimento de João Cândido como grande navegador e principal líder do movimento.

27 de novembro de 1910:

–Finalmente, já a noite havia descido, reboa no espaço o fragor de tiros repetidos de canhão. Os ouvidos destros no conhecimento do rumor da artilheria conciliariam logo, pela tonalidade dos estampidos, que se tratava de salvas: era, certamente, a salva que o "almirante" João Cândido havia prometido em radiogramma, para saudar a bandeira da paz”.